



C.M. A.M.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Introdução

Introdução

A qualificação do serviço público prestado a quem habita, trabalha ou visita o Concelho de Palmela é objetivo primordial da Organização, que continuou a renovar-se e a valorizar as suas equipas, num contexto marcado pela assunção de novas competências da Administração Central, na área do Apoio Social, preparação relativa à área da Saúde e consolidação, quer das matérias já assumidas na Educação, quer da transferência de competências municipais para as Juntas de Freguesia.

O ano de 2023 assistiu à ampliação da rede de equipamentos disponibilizados à comunidade e agentes locais e ao aumento exponencial – e transversal – da atividade, num contexto pós-pandemia e de grande dinâmica interna, bem como de promotores externos, que respondeu às expetativas e interesses de diferentes franjas de público com um extenso calendário de eventos, de enorme qualidade e com elevada adesão. Este foi, também, o ano de arranque das comemorações do cinquentenário do 25 de Abril de 1974, fruto de um trabalho multidisciplinar e plural, em parceria com as Juntas de Freguesia, o Movimento Associativo e a Comissão de Honra constituída para o efeito.

A Estratégia Local de Habitação (ELH) marcou, de forma incontornável, o ano que passou, conjugando o esforço de aquisição e reabilitação de fogos, em todas as freguesias do Concelho, à entrega das 16 primeiras habitações a famílias carenciadas, na sequência do Concurso para Atribuição de Habitações Municipais em Regime de Arrendamento Apoiado.

Política e tecnicamente, o Município intensificou a luta pela concretização de investimentos da responsabilidade da Administração Central, tendo-se firmado compromisso relativamente ao Posto para a GNR em Poceirão e apresentado candidatura para a Unidade de Saúde de Quinta do Anjo.

De forma global, o documento em apreciação traduz os elevados níveis de execução do Município, que continuou a infraestruturar territórios periurbanos, a qualificar zonas urbanas e a adaptar o espaço público, equipamentos e serviços, sempre com uma visão alicerçada em objetivos de sustentabilidade, valorização e inclusão.

O encerramento do anterior quadro comunitário e o início da implementação prática da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão Marateca, no âmbito das Comunidades Desfavorecidas, acontecem a par do trabalho de captação de fundos no horizonte 2030, nomeadamente, da construção do programa enquadrado pelo Investimento Territorial Integrado (ITI) da Área Metropolitana de Lisboa, oportunidades determinantes para o aumento da capacidade de investimento e resposta às necessidades de um Concelho que continua a atrair famílias e empresas, e a crescer, em contraciclo com a generalidade do país.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A 72 (re)admissões verificadas ao longo do ano espelham o empenho de renovação e reforço das equipas municipais, em várias áreas, tendo-se realizado 47 sessões de acolhimento e sensibilização, facilitadoras da integração. A alteração de posicionamento remuneratório, por via quer do regime obrigatório, quer de opção gestionária do Município, abrangeu 255 trabalhadoras/es, numa importante medida de valorização profissional. De igual modo, a Organização beneficiou de uma oferta formativa

intensa, planeada em torno de novos regimes jurídicos e aplicações informáticas, bem como à necessária atualização de conhecimentos. A primeira edição do “Encontro Nacional de Saúde Mental: Intervenção em Contexto Laboral” congregou 300 participantes de todo o país e contribuiu para a reflexão em torno das questões da saúde mental, bem como para a divulgação do diagnóstico da situação interna e do Plano Estratégico da Saúde Ocupacional do Município. O aumento do número de exames e consultas médicas é justificado pela retoma da vigilância da saúde, depois da pandemia, e pelo rastreio de saúde primária realizado junto do pessoal não docente das escolas. Sublinha-se a importância do projeto “Mexa-se Bem no Trabalho”, que dinamizou 877 sessões de ginástica laboral, ações diversas de informação em saúde e a campanha “Novembro Azul”, para prevenção de problemas na próstata, dirigida aos homens com mais de 45 anos. No total, foram distribuídos 4.791 artigos de proteção às equipas municipais, entre vestuário de trabalho, calçado de segurança e Equipamento de Proteção Individual. A distinção “Marca Entidade Empregadora Inclusiva”, atribuída pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, veio reconhecer práticas de gestão inclusivas e constituiu-se como um importante fator de motivação.

A quantidade e qualidade do trabalho executado por administração direta, apesar do número reduzido de profissionais especializadas/os, justifica a aposta no serviço público e tem sido essencial para a otimização de processos e instalações, recuperação/criação de estruturas e conservação de espaço público e mobiliário urbano, e para a resposta permanente aos pedidos de apoio de entidades parceiras. Teve continuidade a paulatina renovação da frota municipal, apesar das dificuldades de entrega do mercado, com a integração de seis viaturas ligeiras de mercadorias, uma viatura adaptada para apoio ao CROA, uma retroescavadora e um pesado de limpeza urbana movido a gás.

No campo da transição digital, destaca-se o arranque da submissão de pedidos da área do Urbanismo exclusivamente por via dos serviços *online* (mediante a respetiva adaptação do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela), com criação de *backoffice* dedicado, reengenharia de processos e a realização de um *webinar* para esclarecimento de potenciais utilizadoras/es. A renovação do parque informático, a atualização de *software* e a aquisição de aplicações determinantes para a gestão quotidiana da Organização (assiduidade, CROA, habitação e rendas, recolha de biorresíduos, módulo “Gestão de Atividades”, no âmbito da aplicação Obras Municipais, entre outras) são exemplos de investimento nesta área, a par da prioridade dada à Cibersegurança. No âmbito do Sistema de Informação Geográfica, determinante num quadro de *smart city*, concluiu-se a implementação do *software open source QGis*, apoiada por várias sessões de formação internas.

Na área da comunicação institucional, continuou a reforçar-se a presença nas redes sociais e em certames e o desenvolvimento de campanhas específicas, em áreas como a Educação, a Igualdade e não discriminação ou o Ambiente, com destaque para as diversas modalidades de recolha de biorresíduos. Para otimização de circuitos de distribuição, foi realizado um inquérito relativo ao boletim interno “Por Dentro”, e merece referência o 1.º lugar conquistado pelo sítio oficial do Município, no critério “Conteúdo: tipo e atualização” e excelentes posições noutros indicadores, resultando num 18.º lugar no *ranking* global do estudo sobre *Local e-Government* em Portugal.

A par do aumento de 29% no atendimento telefónico e da consolidação dos serviços *online*, o regresso, em março, da Loja Móvel do Cidadão demonstrou que, não obstante a predominância do recurso a outros meios de comunicação, o contacto direto continua a ser muito válido, em particular, junto de populações mais isoladas e de maior idade. Registou-se uma redução de 15,3% nas reclamações.

Em 2023, o Município continuou a aprofundar o exercício de uma cidadania informada, fundamental para o aprofundamento democrático, através dos vários eixos programáticos do “Eu Participo!”. As Semanas das Freguesias viram a sua pertinência reafirmada, constituindo-se como momentos ímpares de visibilidade para obras, projetos, empresas e agentes locais de cada uma das cinco freguesias; o Encontro de Associações de Moradores, que passará a ter periodicidade anual, a partir de 2024, reuniu 12 associações e estruturas de moradoras/es; o “Eu Participo!” Munícipes viu consolidar-se a participação via plataforma digital e influenciou a priorização de ações e investimento no território; o Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil e Juvenil continuou a construir caminho, na formação de jovens cidadãs/ãos, de vários níveis de ensino, que intervêm, de forma positiva e ativa, nas vidas das suas escolas e comunidades. Sublinha-se, ainda, o projeto multidisciplinar “Os Direitos Habitam nas Histórias”, espaço de literacia em direitos. Internamente, as reuniões gerais e setoriais e o

[illegible]

Introdução

"Eu Participo!" Trabalhadoras/es Municipais prosseguem, paulatinamente, o objetivo de envolver as equipes e reforçar a comunicação interna, enquanto a "Caixa de Ideias" garantiu boa receptividade, quer na participação nos projetos em curso, quer no que se refere à apresentação de novas propostas.

A formação e a sensibilização são um eixo central do PMIND - Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação do Concelho de Palmela, tendo-se concretizado múltiplas ações junto do público interno, IPSS e comunidade educativa, com destaque, pela sua abrangência e resultados, para os dois fóruns comunitários dinamizados na Escola Secundária de Palmela e na EBS José Saramago (Poceirão). A exposição "A Verdade Dói", em parceria com o Museu do Calçado de S. João da Madeira, foi central no programa comemorativo do Dia Internacional da Mulher e esteve em itinerância por vários equipamentos municipais. A participação ativa na Rede de Autarquias para a Igualdade coloca Palmela na vanguarda da reflexão/ação sobre o tema, beneficiando, igualmente, dos recursos da rede, sem custos acrescidos.

O aumento da execução no objetivo "Segurança e Ordem Pública" inclui o forte apoio à atividade das Associações de Bombeiros locais. No total, a participação municipal no funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, Equipas de Intervenção Permanente e seguros de viaturas atingiu perto de 590 mil euros, a que se somaram 360 mil euros, destinados à aquisição de veículos prioritários, no quadro dos contratos-programa em vigor. As comemorações do Dia Municipal do Bombeiro foram, uma vez mais, momento alto de valorização do papel dos "Soldados da Paz" e o conjunto de simulacros favoreceu o treino operacional das corporações. Ao longo do ano, a Academia da Proteção Civil reforçou a sua presença junto da comunidade, com múltiplas ações em escolas, na Universidade Sénior de Palmela e no Curso Técnico Profissional de Proteção Civil, da Secundária de Palmela. De modo geral, o Município implementou medidas de prevenção de fogos em áreas urbanas e periurbanas, identificou e acompanhou trabalhos de beneficiação e limpeza de vegetação, quer em terrenos privados, quer na área do Parque Natural da Arrábida, e executou diversas avaliações de risco.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

A transferência de competências da Administração Central para o Município, na área da Educação, continuou a exigir permanente acompanhamento e monitorização. No arranque do presente ano letivo, o aumento do número de crianças e jovens justificou a abertura de novas salas em todos os ciclos de ensino. Deu-se continuidade à substituição de mobiliário escolar em salas de aula, de apoio e refeitórios de várias escolas básicas e jardins-de-infância, e a uma intensa campanha de requalificação de Espaços de Jogo e Recreio (EJR) e logradouros. Entre as intervenções nos edifícios, sublinha-se a conclusão da obra de reforço da cobertura da EB Brejos do Assa, início do reforço estrutural da EB Palhota e requalificação da copa e cozinha de apoio do JI n.º 1 Olhos de Água. Com vista à urgente requalificação das escolas de 2.º e 3.º ciclos, decorreu o levantamento arquitetónico e de patologias para elaboração de programa preliminar e lançamento de concurso para projeto de requalificação e modernização das escolas Hermenegildo Capelo, de Palmela (concluído) e José Maria dos Santos, Pinhal Novo (em conclusão).

Entretanto, o Município continuou a reforçar o pacote de medidas de apoio às famílias, contribuindo para a igualdade de oportunidades no acesso à Educação. Foram novidade, no presente ano letivo, o pagamento a 100% dos passes no Ensino Secundário, o alargamento da oferta dos cadernos de atividades ao 2.º ciclo e o aumento para 70 do número de Bolsas de Estudo a atribuir a quem ingresse ou frequente o Ensino Secundário público (incluindo ensino artístico e especializado de música), Cursos de Especialização Tecnológica e Ensino Superior. A medida de reforço alimentar, no pré-escolar e 1.º ciclo, foi ajustada com maior variedade de produtos. Com mais de 6.500 participações, os Jogos Desportivos Escolares continuam a ser uma grande festa do desporto e a facilitar o acesso a

diversas modalidades, e as Festas de Encerramento do Fantasiarte contaram com a participação de 1.891 alunas/os de 27 escolas, cinco IPSS e dois colégios privados, numa importante demonstração de criatividade e partilha.

Além da submissão da candidatura relativa à construção da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo, o Município lutou pela reabertura da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Brejos do Assa, determinante no serviço àquela comunidade, através da celebração de contrato de arrendamento com o proprietário do terreno. Paralelamente, desenvolveu-se o processo com vista à assunção de competências na área da Saúde no início deste ano e assegurou-se, uma vez mais, o apoio ao ACES Arrábida na campanha de vacinação sazonal contra a gripe e a Covid-19 nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. A aposta nas atividades de promoção e literacia em saúde consubstanciou-se, por exemplo, em 24 ações para a comunidade, na Unidade Móvel de Saúde, ou no apoio ao novo rastreio ao cancro da mama, da Liga Portuguesa Contra o Cancro, num total de 1.180 mulheres vigiadas.

No âmbito da transferência de competências em matéria de Ação Social, foram assinados, a 31 de março, os Protocolos de Cooperação com o Centro Social de Quinta do Anjo, a Fundação COI e a Cáritas Diocesana de Setúbal, que representam uma transferência financeira anual no valor total de 396.537,20€, para assegurar o funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, em todas as freguesias. Com a abertura do Centro Comunitário de Águas de Moura, foi celebrado um Contrato de Comodato com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Pedro da Marateca, para funcionamento da Loja Social, e relativamente à OIL, foi aprovado um protocolo com a Casa do Povo de Palmela, para requalificação do Centro Social em Lagameças. O trabalho focado na Idade Maior traduziu-se em múltiplas ações, ao longo do ano (visitas, oficinas, encontros, desfile de moda), que tiveram o seu momento alto no Outubro Maior. O Município continuou a disponibilizar os recursos essenciais - incluindo dois técnicos superiores e apoio administrativo - ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, que concluiu intervenção em 585 processos, e no âmbito do Conselho Local de Ação Social, concretizaram-se duas edições do Fórum Social. No entanto, em 2023, o foco centrou-se no processo de atualização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social/Plano de Ação. A distinção como “Autarquia + Familiarmente Responsável” aconteceu pelo sétimo ano consecutivo, validando as políticas municipais amigas das famílias.

A EHL continuou a fazer caminho, tendo sido atribuídos os primeiros 16 fogos a famílias carenciadas, como já referido. No âmbito da medida M1.1, foram adquiridos mais 25 fogos e decorreram múltiplos projetos de execução de arquitetura e especialidades para construção ou reabilitação de fogos, em vários pontos do Concelho, bem como empreitadas de reabilitação ligeira. A fim de concretizar o projeto de habitação colaborativa em Quinta do Anjo, foi cedido terreno à Fundação COI e aprovados os projetos de arquitetura e especialidades. No Centro Histórico de Palmela, manteve-se a dinâmica de recuperação ou conservação e, para efeito de incentivos fiscais em sede de IMI, foram identificados 685 prédios urbanos em bom estado de conservação e habitabilidade, dos quais 240 arrendados (números superiores a 2022), o que é bem demonstrativo de um espaço com vida.

O ano de 2023 foi determinante para a conclusão da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal e demais documentos complementares, na sequência de um longo processo de concertação com várias entidades da Comissão Consultiva. Numa altura em que novos focos de fracionamento ilegal e outros fenómenos voltaram a exigir atenção redobrada e intervenção municipal, na defesa do território, registou-se maior dinâmica junto das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), com reativação dos trabalhos de reconversão de áreas paradas há algum tempo e avanços de nota, por exemplo, na Quinta das Marquesas I e III, Marquesa II – 2.ª fase, Bela Vista e Bairro Maria Luísa.

A abertura do Centro Comunitário de Águas de Moura (com polo da Biblioteca e área de gaming) e do Centro Comunitário Monte do Francisquinho (Pinhal Novo) veio reforçar a rede de equipamentos públicos, potenciar novas ações, apoiar o movimento associativo local e enriquecer as comunidades em que se inserem. No Centro Cultural do Poceirão, concluíram-se os trabalhos acessórios para instalação de painéis fotovoltaicos, enquanto o Museu A Estação continuou a afirmar-se como local privilegiado de promoção da cultura ferroviária e de inclusão social. O Encontro Internacional sobre Ordens Militares voltou a fazer de Palmela o centro mundial de investigação sobre um tema profundamente ligado à nossa História local, sendo de referir, também, as II Jornadas Internacionais de Arqueologia “Fazer o Lume, Fazer a Luz. Arqueologia do Fogo”, o curso “Ordens Militares e Fortificações”, em



C.M. A.M.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Carvalho Silva

477

Alcobaça

Carvalho Silva

Introdução

parceria com a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, e o lançamento da publicação “Foral de Palmela, 1512 – Estudo, transcrição e notas”, de José Manuel Vargas. Na Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, registaram-se diversas melhorias, para maior conforto, e foram criadas “maratonas de estudo” nas Bibliotecas de Palmela e Pinhal Novo, com alargamento do horário em época de exames. Em parceria com uma turma de artes da Escola Secundária de Pinhal Novo, foi inaugurada uma Biblioteca de Rua, com elevada procura, e o programa de Formação para a Comunidade registou o incremento do número de ações e de participantes. Projetos como “365 Dias de Romance”, “Conversas Sem Margens”, Mostra Gastronómica “Pela Boca Entra a Literatura”, concursos de Poesia e Literatura ou “Hora do Conto Famílias” têm afirmado o Concelho da Rota da programação literária nacional, constituindo-se como um novo fator de atratividade. Entre as iniciativas multidisciplinares para diversos públicos, que crescem dentro da rede e apostam na acessibilidade, destaque para “Laços de Leitura”, destinado a utentes do Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência, da Fundação COI.

A vitalidade cultural de 2023 consubstanciou-se no aumento expressivo de públicos, no reforço da presença do Município em redes nacionais e internacionais e na concretização de um calendário muito rico e diversificado de iniciativas de grande qualidade. O programa “Abril para Já” marcou o arranque das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, que irão prolongar-se até dezembro de 2024. Ano de festivais de grande dimensão (Festival Internacional de Gigantes, Festival Internacional de Saxofones de Palmela e Méée – Festival Folk, na sua segunda edição), 2023 registou, também, a primeira edição do MicroSons, o regresso da Sinfonia Palmela e muitas iniciativas nas áreas da música, teatro, dança e artes plásticas. O cinema tem vindo a crescer no Concelho, quer junto das famílias, quer do público cinéfilo, através do acolhimento de extensões de festivais e do ciclo “Rui Tendinha apresenta...” com a presença de nomes sonantes do audiovisual. Com o retorno massivo às festas locais e rituais comunitários, em particular, durante o verão, o Município e as suas equipas redobram esforços para assegurar o apoio às iniciativas de entidades parceiras, ao nível financeiro, mas também, logístico, técnico, de comunicação, infraestrutura elétrica, limpeza de acessos e terrenos, etc.

O “Março a Partir” constituiu-se, uma vez mais, como momento maior de visibilidade do trabalho desenvolvido com e para a juventude, num ano onde as várias ações de formação e capacitação de jovens, em ambiente escolar e não escolar, o apoio às Jornadas Mundiais da Juventude e os programas de animação de tempos livres também tiveram presença. A Federação Nacional das Associações Juvenis atribuiu a Palmela o Certificado e a Bandeira de Município Amigo da Juventude, bem como o Selo de categoria quatro estrelas, que visa reconhecer a estratégia e as boas práticas nesta área.

A rede de equipamentos desportivos também continua a crescer e a qualificar-se. Teve início a construção de campos de padel, em Pinhal Novo, concluíram-se os arranjos exteriores de acesso aos balneários e polidesportivo descoberto do Bairro Alentejano e a instalação de divisória entre a área de jogo e a zona do público no Pavilhão José Silvério (Poceirão) e foram inaugurados os Centros de Marcha e Corrida de Poceirão e de Quinta do Anjo. Do grande investimento em EJR públicos, em todo o Concelho, merece destaque a reabilitação integral do EJR Firmino Camolas (Palmela) e a criação de um novo espaço em Pinhal Novo sul, entre as ruas António Lopes Mendes e Maria Eduarda Ferreira. Desenvolveu-se, entretanto, o estudo prévio para a pista simplificada de atletismo. De modo geral, as atividades desportivas verificaram o aumento do número de participantes e as modalidades também registaram o regresso de praticantes, depois da pandemia. Entre as novas iniciativas, releva-se a prova de atletismo “Da Baixa ao Castelo”, com forte adesão, o Torneio de Natal Tiago Fernandes em minibasketebol sub-10 e o alargamento do projeto “O Ciclismo vai à Escola” ao Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos (AEJMS), Pinhal Novo. O regresso da Taça de Honra do Concelho de Palmela, em futebol sénior, foi muito bem recebido pela comunidade e a 7.ª Festa do Desporto e

Saúde ocorreu, este ano, de forma descentralizada, em Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Poceirão. A realização do I Congresso de Desporto Adaptado, com a Palmela Desporto e a APPACDM de Setúbal, deu procedimento ao objetivo de mandato de aprofundar o desporto adaptado no Concelho, registando-se 39 praticantes de natação adaptada (quatro de competição e 35 do AEJMS e Escola Secundária de Pinhal Novo) e 16 de Boccia (AEJMS).

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

A adaptação e mitigação das alterações climáticas permanece como objetivo incontornável, com vista à sustentabilidade. Em 2023, foi elaborado o Roteiro de Transição para a Neutralidade Climática de Palmela, na sequência do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas (PLAAC) e no âmbito do projeto-piloto europeu EUCityCalc, através de um processo participado por vários agentes locais, de criação colaborativa de medidas de descarbonização. A celebração de efemérides diversas com a comunidade educativa e a população contribuiu para a educação ambiental e a instalação de duas novas estações meteorológicas, no Castelo de Palmela e em Poceirão, veio concluir a Rede Municipal, valioso contributo para o apoio à decisão. No que respeita à valorização do espaço público, o Município concluiu a segunda fase de remodelação do Jardim José Maria dos Santos, Pinhal Novo, a requalificação do Jardim António Ferreira da Costa, Venda do Alcaide, a recuperação de taludes verdes e canteiros em Cabanas, bem como uma campanha de limpeza e manutenção de fontes ornamentais, em Palmela e Pinhal Novo. Um pouco por todo o Concelho, enquadradas por projetos como “A Nossa Serra - Ama. Planta. Cuida” ou “Pinhal Novo Verde”, ações com as escolas e trabalhos de reposição de espécies em caldeiras de zonas urbanas, 2023 foi pródigo na plantação de centenas de árvores e arbustos autóctones, que já estão a fazer a diferença.

Por via de candidaturas a financiamento do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o CROA aprofundou o programa de esterilização de animais, no âmbito CED (Captura, Esteriliza, Devolve) e da adoção na comunidade, verificando-se o aumento da esterilização de gatos, num total de 373. Paralelamente, foi instalado um novo abrigo para felinos, para ampliação da rede de equipamentos e cuidadoras/es. Sublinha-se, ainda, a aquisição de uma nova aplicação informática para gestão dos animais alojados e de uma viatura adaptada, que veio garantir novas condições de trabalho para a equipa, e a inauguração do primeiro parque de matilhas do Concelho, pioneiro na região.

No que respeita à energia, foram consolidados os trabalhos da ESE, com otimização da rede de iluminação pública e estudo de expansão dos projetos-piloto, relativos aos sistemas de monitorização de resíduos e de rega inteligente. Transversalmente, manteve-se o investimento na substituição de luminárias tradicionais por LED em edifícios, instalações e jardins municipais, com vista a uma maior eficiência energética.

Entre mais de uma dúzia de pavimentações e repavimentações, com grande enfoque, este ano, na Freguesia de Quinta do Anjo, a concretização da segunda fase da ação HUB-10, Plataforma Humanizada de Conexão Territorial, correspondente à Estrada dos Quatro Castelos, teve particular impacto, pela sua extensão e contributo para a qualificação da zona industrial de Vila Amélia. Foi criado um novo arruamento entre a Av. Joaquim Lino dos Reis e a Rua de Aljubarrota, em Aires, que se constitui como uma importante via alternativa à Estrada Nacional e irá ligar, no futuro, à Av. dos Caminhos-de-Ferro. Por administração direta, as equipas municipais continuaram incansáveis na conservação de estradas, caminhos e bermas, em todos os pontos do Concelho. O desempenho da Carris Metropolitana no Concelho foi permanentemente monitorizado, com frequentes ajustes para ir ao encontro das necessidades identificadas, e foram instalados 13 novos abrigos de passageiras/os.

Num Concelho de grande extensão e povoamento disperso, a intervenção na área das infraestruturas acontece, naturalmente, em dois eixos: remodelação das redes existentes e expansão para servir zonas periurbanas. Em 2023, a par do trabalho permanente de execução de ramais e conservação dos sistemas, o Município deu início ou adjudicou um importante conjunto de empreitadas, onde se destacam a execução da rede de drenagem de esgotos domésticos ao longo da EN 379-2, na Lagoinha, e a 2.ª fase de drenagem de águas residuais domésticas em Cajados. Em substituição dos promotores, o Município concluiu os trabalhos na Quinta dos Farias e as infraestruturas elétricas na urbanização Val'Flores (PT 16 e PT 04), em Pinhal Novo. Minimizar as perdas de água é objetivo central da estratégia de abastecimento do Concelho e, além dos perto de 5.000 metros de prolongamento de rede



C.M. A.M.
Fernando's da
Alcobaça
Detetado

Introdução

executados (número mais alto do quadriénio), salienta-se a remodelação da rede de abastecimento da Rua Miguel Cândido, em Cabanas, e o início da empreitada de ligação dos novos furos de captação de Fonte da Vaca ao reservatório da Fonte da Vaca, essencial para garantir maior disponibilidade de água para reserva e distribuição no maior núcleo urbano do Concelho.

Depois do arranque da recolha de biorresíduos onde já existia serviço de recolha porta-a-porta de RSU, em novembro de 2022, este foi o ano de grande implementação deste projeto, alargado a restaurantes e cantinas. Foram, igualmente, implementados um projeto-piloto de recolha coletiva de biorresíduos, com 22 contentores inteligentes em espaço público, e compostagem comunitária, com instalação de compostores comunitários em Quinta do Anjo (junto à Horta Comunitária) e na União das Freguesias de Poceirão e Marateca, acompanhados de ações de informação à comunidade. No total, foram recolhidas e encaminhadas para valorização 937 toneladas de restos alimentares. O Município implementou, também, uma nova gestão do sistema de recolha e valorização de Óleos Alimentares Usados, com equipamentos inteligentes e o aumento de pontos de deposição para 40. Ao longo do ano, intensificaram-se as ações de sensibilização e fiscalização relativas à deposição ilegal de monos e outros resíduos. Face à celebração dos Autos de Transferência de Competências com as Juntas, na área da limpeza urbana e conservação dos espaços verdes, 2023 foi um período de mudança e adaptação. No entanto, algumas tarefas de apoio mantiveram-se sob alçada municipal, tendo sido criada uma brigada para o efeito.

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

No turismo, assistiu-se à evolução da estratégia definida para o território, assente nos valores locais e no trabalho em rede, identificando oportunidades de promoção e desenvolvimento, como a presença em certames nacionais e internacionais, o acolhimento de fam trips ou a participação no “Portugal Branding”, programa nacional de desenvolvimento de marcas territoriais, para realização de um diagnóstico estratégico da marca “Palmela Conquista”, que celebrou uma década. A conclusão da empreitada de instalação da “Janela da Arrábida”, no Espaço Fortuna, foi marcante, num ano repleto de eventos com forte impacto e capacidade agregadora de públicos e parceiros, como Palmela Wine Jazz, Feira Medieval, Concurso de Doçaria, “Viva o Natal no Município de Palmela”, Fórum Turismo (numa edição especial, com dois dias) ou o regresso do Festival do Moscatel. O programa de promoção gastronómica “Palmela, Experiências com Sabor” registou um novo impulso, com a diversificação do calendário de iniciativas e a associação à jovem chef palmelense Marta Nunes, enquanto madrinha do programa. A aquisição de uma cadeira para pessoas com mobilidade reduzida, destinada ao pedestrianismo e disponível para cedência a entidades parceiras, foi um importante contributo para boas práticas de turismo inclusivo.

No campo da valorização dos produtos endógenos, o Município apoiou fortemente certames como o Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, o Mercado Caramelo ou a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão, que continuaram a qualificar os seus programas e atraíram milhares de visitantes. De igual modo, verificou-se, ao longo do ano, a dinamização crescente de atividades nos mercados municipais, com visibilidade acrescida para pequenas empresas produtoras e artesãs/ãos, e manteve-se a presença do Município em grupos de trabalho diversos, com vista à promoção da economia circular, da transição alimentar na AML e do incremento da produção biológica. A dinâmica da Incubadora de Empresas, que realizou o seu primeiro “Dia Aberto”, permitiu a autonomização de quatro empresas incubadas e o acolhimento/desenvolvimento de novos projetos, que beneficiaram de acompanhamento próximo, divulgação, contactos com outras empresas e redes de apoio. Palmela organizou, em parceria com a Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria, mais um encontro da Enterprise Europe Network, com a participação de várias empresas locais e

nacionais, num importante momento de partilha de informação para quem procura novas oportunidades de negócio e cooperação empresarial ou o acesso a novos mercados.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 65,7 milhões de euros, correspondem ao segundo valor mais alto do quadriénio 2020/2023 e apresentam uma taxa de execução de 97,4%. Comparativamente a 2022, as receitas diminuíram cerca de 2,3 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 29,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 44,8% do total da receita arrecadada.

As Taxas, Coimas e Penalidades registam o segundo maior valor do quadriénio (2,8 milhões de euros), devido ao resultado, em 2021, da receita proveniente do pagamento das licenças para emissão do alvará da Administração Conjunta da AUGI da Quinta da Torre – Marquesas I e III (4,8 milhões de euros).

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento de 12,1% (+1,4 milhões de euros), resultante, no essencial, da receita proveniente da renda da EDP (+707 mil euros) em virtude da renda do 4.º trimestre de 2022 e a do 4.º trimestre de 2023 terem sido registadas no ano económico de 2023, da alimentação escolar (+81 mil euros) e da faturação da água e respetivas tarifas associadas (saneamento e resíduos sólidos) (+580 mil euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 7,5% (+1,2 milhões de euros). Esta evolução resulta das Transferências Correntes do Orçamento de Estado (+1,5 milhões de euros) devido à transferência de receitas no âmbito das transferências de competências (+1,7 milhões de euros) e da Participação Fixa do IRS (+431 mil euros). Ao invés, regista-se a diminuição do Fundo Social Municipal devido à transferência em 2022 de verbas retidas de anos anteriores.

As Transferências de Capital apresentam um acréscimo de 3,9% (+120 mil euros). Para esta situação, contribuiu o valor recebido em 2023 de projetos financiados pelos fundos comunitários.

Os Passivos Financeiros (receitas provenientes da utilização de empréstimos de médio e longo prazo contratados) registam um valor de 527 mil euros arrecadados em 2023, enquanto que no ano anterior recebeu-se 2,1 milhões de euros.

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 74,6 milhões de euros (mais 15,1% que no ano 2022), dos quais 44,8 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 85,5%.

O grau de eficiência pode ser medido através da capacidade de realizar objetivos ao menor custo, o que se obtém através da relação entre a despesa associada às GOP e a despesa total. Este indicador sofreu uma melhoria em 2023, comparado com 2022, e apresenta uma taxa de 60,1%, o que significa que mais de metade do valor da despesa total paga é imputada diretamente às Grandes Opções do Plano.

Por outro lado, a produtividade pode ser medida através do rácio entre as despesas com as GOP e os meios consumidos com as/os trabalhadoras/es. Este indicador também apresenta uma subida em 2023: passou de 153,4% em 2022, para 161,5% em 2023, isto é, por cada 100 euros gastos em pessoal em 2022, foram gastos cerca de 153,4 euros em atividades e investimentos do Município, enquanto que em 2023, por cada 100 euros gastos em pessoal, foram despendidos cerca de 161 euros.

As despesas com pessoal registam em 2023, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 3,4 milhões de euros (+13,7%). Esta situação é resultante, no fundamental, da publicação de vários diplomas legais de valorização em todas as carreiras, que impactaram na atualização do níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única, operada por duas vezes (início do ano e intercalar) pelos Decretos-Lei n.º 84-F/2022 e DL n.º 26-B/2023, bem como medidas de valorização nas categorias de assistente operacional para as/os detentoras/es do módulo de 30 anos de antiguidade, com repercussão nos aumentos dos valores que servem de referencial ao cálculo do trabalho suplementar.



C.M. A.M.
477
Acosta
Balseiro
Câmara Municipal de Palmela

Introdução

Em paralelo, registou-se, ao abrigo da agenda do trabalho digno, o incremento dos valores dos subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (Lei n.º 13/2023 e DL n.º 53/2023) e a atualização das prestações familiares (abonos de família, bonificação por deficiência, etc.), com especial incidência no aumento do valor percentual das majorações nos agregados monoparentais.

Destaca-se, ainda, por ocasião da finalização do ciclo de avaliação (SIADAP 3) reportado ao biénio 2021/2022, a consumação de alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo dos regimes obrigatório (10 pontos) e regra (opção gestionária), com abrangência de um universo de 255 trabalhadoras/es.

A Aquisição de Bens de Capital registou um acréscimo face a 2022 de 16,6% (em termos absolutos, +2,2 milhões de euros), o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (15,3 milhões de euros).

A Aquisição de Bens e Serviços apresenta um acréscimo de 2,6 milhões de euros (+13,9%), comparativamente ao ano 2022. Este aumento é resultante, no fundamental, do desenvolvimento da atividade municipal.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos de M/L prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2023, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,8 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 4,7 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor.

Palmela, 17 de abril de 2024

O Presidente da Câmara


ÁLVARO MANUEL BALSEIRO AMARO



Penso de P.S. do
[Handwritten signatures and stamps]

Índice

Índice

CAPÍTULO I: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS.....	5
1. Assembleia Municipal	5
2. Câmara Municipal	6
CAPÍTULO II: RELATÓRIO DE GESTÃO.....	11
1. Análise da Execução Orçamental	11
1.1. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO INICIAL.....	12
1.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	12
1.3. ANÁLISE SUMÁRIA.....	13
1.3.1. Receita	14
1.3.2. Despesa	14
1.3.3. Saldo de Tesouraria	14
1.4. ANÁLISE DETALHADA	15
1.4.1. Receita	15
1.4.2. Despesa	21
1.4.3. Comparação entre Receitas e Despesas – Limites Legais	31
2. Análise de Indicadores	32
2.1. RÁCIOS ORÇAMENTAIS DE NATUREZA ECONÓMICA.....	32
2.2. RÁCIOS ORÇAMENTAIS DE NATUREZA FINANCEIRA.....	34
2.3. OUTROS RÁCIOS.....	35
2.3.1. Meios Humanos	35
2.3.2. Meios Financeiros.....	35
2.3.3. Eficácia	36
2.3.4. Eficiência e Produtividade.....	36
3. Endividamento Municipal	36
4. Grandes Opções do Plano	40
5. Plano Plurianual de Investimentos.....	47
CAPÍTULO III: DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS	49
1. Demonstrações Orçamentais	49
1.1. DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL	51
1.2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	55
1.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	63
1.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	71
1.5. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	85
1.6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	121
1.6.1. Alterações Orçamentais da Receita	123
1.6.2. Alterações Orçamentais da Despesa	129
1.6.3. Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos	155
1.6.4. Alterações às Grandes Opções do Plano	167
1.6.5. Operações de Tesouraria	197
1.6.6. Contratação Administrativa – Situação dos Contratos	205
1.6.7. Contratação Administrativa – Adjudicações por Tipo de Procedimento	219

1.6.8.	Transferências e Subsídios Concedidos	223
1.6.9.	Transferências e Subsídios Recebidos	269
1.6.10.	Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos	281
1.6.11.	Encargos Contratuais	285

2. Demonstrações Financeiras..... 297

2.1.	BALANÇO	299
2.2.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	303
2.3.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO (DAPL)	307
2.4.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	311
2.5.	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023	314

CAPÍTULO IV: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELOS SERVIÇOS 341

1. Funções Gerais 341

1.1.	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	341
1.1.1.	Transportes	342
1.1.2.	Conservação e Logística	343
1.1.3.	Parque de Máquinas e Oficina Auto	346
1.1.4.	Aprovisionamento	348
1.1.5.	Gestão do Património Municipal	349
1.1.6.	Contabilidade, Finanças, Planeamento e Auditoria	351
1.1.7.	Informação e Comunicação	352
1.1.8.	Qualidade, Modernização e Tecnologias da Informação	358
1.1.9.	Recursos Humanos	364
1.1.10.	Projetos de Participação e Cidadania	377
1.1.11.	Atendimento Municipal	385
1.1.12.	Fiscalização	391
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	392
1.2.1.	Proteção Civil	393
1.2.2.	Prevenção de Riscos e Sensibilização	394
1.2.3.	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais	396
1.2.4.	Segurança	397

2. Funções Sociais 397

2.1.	EDUCAÇÃO	397
2.1.1.	Rede e Parque Escolar	398
2.1.2.	Ação Socioeducativa e Pedagógica	401
2.1.3.	Ação Social Escolar e Transportes	403
2.1.4.	Outras Atividades	406
2.1.5.	Desporto Escolar	407
2.2.	SAÚDE	408
2.2.1.	Saúde Ocupacional	408
2.2.2.	Promoção da Saúde	413
2.2.3.	Outras Atividades	414
2.3.	SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS	416
2.3.1.	Cooperação Institucional	416
2.3.2.	Programas e Projetos de Intervenção Social	418
2.3.3.	Redes e Parcerias	420
2.3.4.	Medidas de Apoio Social	421
2.3.5.	Outras Atividades	423
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	424
2.4.1.	Habitação e Urbanismo	424
2.4.2.	Ordenamento do Território	438
2.4.3.	Saneamento	442
2.4.4.	Abastecimento de Água	444
2.4.5.	Resíduos Sólidos	447
2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	452
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	460
2.5.1.	Cultura	460
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	498

3. Funções Económicas 509

3.1.	INDÚSTRIA E ENERGIA	509
3.1.1.	Iluminação Pública	510
3.1.2.	Eficiência Energética	510
3.2.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	511



C.M. A.M.
Fe... ..
Acosta
António Carque

Índice

3.2.1.	Rede Viária	512
3.2.2.	Mobilidade	514
3.3.	COMÉRCIO E TURISMO	515
3.3.1.	Mercados e Feiras	516
3.3.2.	Promover a oferta turística do concelho.....	516
3.3.3.	Cooperação e Parcerias para o Desenvolvimento da Economia Local.....	525
3.4.	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	528
3.4.1.	Metrologia.....	530
3.4.2.	Informação e Apoio ao Consumidor	530
4.	Outras Funções.....	530
4.1.	PROJETOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	530
4.1.1.	Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia	530
4.2.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS.....	532
4.2.1.	Projetos Transnacionais de Cooperação	532
4.2.2.	Financiamentos Externos	534
4.2.3.	Mecenato e Patrocínios.....	541
CAPÍTULO V: DECLARAÇÕES		543
1.	Declaração de Compromissos Plurianuais	545
2.	Declaração de Recebimentos em Atraso.....	547
3.	Declaração de Pagamentos em Atraso.....	549



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ferreira de Sá', 'Kostas', and others, over a grid of lines.]

Capítulo I:
COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO
DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

Capítulo I: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

1. Assembleia Municipal

COMPOSIÇÃO – MANDATO 2021/2025

- Ana Teresa Vicente Custódio de Sá – CDU
- Joaquim Pereira Pires – CDU
- Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa – CDU
- João Pedro Alves Ricardo - CDU
- Cristina Maria Palhinhas Moura – CDU
- Erica Sofia Caeiro Ribeirinho – CDU
- Andreia Sofia Dias Bento – CDU
- Valentim Rodrigues Pinto - CDU
- Ricardo José de Oliveira – CDU
- Carlos Jorge Antunes Almeida - CDU
- António Manuel Caeiro Mestre – CDU
- Cecília Maria Cordeiro de Sousa – CDU
- José Carlos Matias de Sousa – PS
- Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques – PS
- João Miguel Marques da Costa – PS ¹
- Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha – PS
- Paulo Jorge da Cruz dos Santos – PS²
- Pedro Miguel Paula Biu – PS
- Patricia Isabel Gaspar Valente – PS

¹ Renuncia do Mandato em 27.04.2023, sendo substituído por Ricardo Jorge de Oliveira Marques

² Faleceu em 28.11.2023, sendo substituído por Maria Clara dos Santos Marques Félix

- António Manuel Camacho Guerreiro Godinho – PS
- Jorge Manuel Cândido Mares – PS
- Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa – MCCP
- Carlos Augusto Garcias Valente – MCCP³
- Inês Raquel Guarda de Garcia – MCCP
- Luís Miguel da Silva Marques - MCCP
- Carlos Miguel Viegas Vitorino – PPD/PSD
- Colin Michael Mateus Marques – PPD/PSD
- Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim – PPD/PSD
- Rui Miguel Valente – CH⁴
- Pedro Miguel Duarte Barão - CH
- Tânia Sofia Barroso Ramos – BE

SESSÕES REALIZADAS

Tipo	Número
Ordinárias	5
Extraordinárias	3
Total	8

2. Câmara Municipal

COMPOSIÇÃO E PELOUROS – MANDATO 2021/2025

Álvaro Manuel Balseiro Amaro; Presidente (CDU)

- Coordenação Geral
- Cooperação Internacional
- Planeamento e Desenvolvimento Estratégico
- Proteção Civil e Segurança
- Gestão e Planeamento Urbanístico
- Habitação – Reabilitação Urbana
- Participação e Ação Local
- Igualdade de Género
- Informação e Comunicação

Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha; Vice-presidente (CDU)

- Desenvolvimento Económico
- Turismo
- Mercados e Feiras

³ Renúncia do mandato em 27.04.2023, sendo substituído por Diamantino de Sousa Pereira

⁴ Renúncia de mandato em 26.05.2023, sendo substituído por Claudia Sofia Sebastião Estevão



[Handwritten signatures and notes in blue ink on lined paper. The signatures are written over the text 'C.M.' and 'A.M.' and extend across the right side of the page. Some legible words include 'Serviço de Informação', 'FIM', 'Poste', and 'Autarquia'.]

Capítulo I:
COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO
DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

- Metrologia
- Defesa do Consumidor
- Administração, Finanças e Serviços Jurídicos
- Atendimento
- Recursos Humanos, Gestão e Qualificação
- Saúde Ocupacional
- Sistemas de Informação e Modernização Administrativa
- Logística, Transportes e Conservação

Fernanda Manuela Almeida Pésinho; Vereadora (CDU)

- Ambiente
- Mobilidade e Transportes Públicos
- Águas e Resíduos Sólidos Urbanos
- Autoridade Veterinária e Bem-estar Animal
- Projetos e Obras Públicas
- Centro Histórico de Palmela

Maria João Camolas Contente Caleira; Vereadora (CDU)

- Cultura
- Desporto
- Juventude
- Bibliotecas e Património Cultural
- Educação
- Ação Social e Saúde
- Habitação Social
- Gestão do Espaço Público
- Rede Viária

Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço; Vereador (PS)

- Iluminação Pública e Eficiência Energética
- Limpeza Urbana e Manutenção de Parques e Jardins
- Cemitérios
- Toponímia
- Fiscalização Municipal

Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão; Vereador (PS)

(Sem Pelouros)

Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo; Vereadora (PS)

(Sem Pelouros)

Carlos Manuel Barateiro de Sousa; Vereador (MCCP)

(Sem Pelouros)

Paulo Jorge Simões Ribeiro; Vereador (PPD/PSD)

(Sem Pelouros)

REUNIÕES PÚBLICAS REALIZADAS

Tipo	Número
Ordinárias	23
Extraordinárias	2
Total	25

PROPOSTAS APROVADAS EM REUNIÃO DE CÂMARA

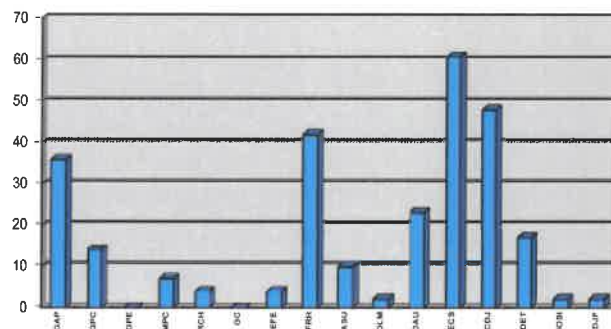
Origem	Número
Gabinete de Apoio à Presidência	36
Gabinete de Participação e Cidadania	14
Gabinete de Planeamento Estratégico	0
Serviço Municipal de Proteção Civil	7
Gabinete de Recuperação do Centro Histórico	4
Gabinete de Comunicação	0
Gabinete de Apoio à Inovação, Empresas e Financiamentos Externos	4
Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos	42
Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos	10
Departamento de Obras, Logística e Manutenção	2
Departamento de Administração Urbanística	23
Departamento de Educação e Coesão Social	61
Departamento de Cultura, Desporto e Juventude	48
Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo	17
Divisão de Organização e Sistemas de Informação	2
Divisão Jurídica e de Fiscalização	2
Total	272



Resumo do Res. 1/23
477
Acosta
Autêntico

Capítulo I:
COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO
DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

N.º de Propostas Aprovadas por Serviço



Resultados das Votações	Número	Percentagem
Aprovação por Unanimidade	242	88,97
Aprovação por Maioria	30	11,03
Total Deliberações	272	100,00



C.M. A.M.

Severino de Jesus
Alcorta
Alcorta

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Capítulo II: RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão, documento integrante da prestação de contas, expressa a situação financeira e os resultados da atividade desenvolvida no ano de 2023, nomeadamente a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

No exercício de 2023 foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental e todas as receitas e despesas foram realizadas dentro dos princípios e regras contabilísticas legais exigidas.

Foi ainda dado cumprimento à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), regulamentada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, onde se estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, pelo que, todos os compromissos do ano económico de 2023 foram assumidos tendo em consideração o montante máximo de fundos disponíveis em cada período.

1. Análise da Execução Orçamental

As presentes demonstrações orçamentais foram elaboradas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP). A finalidade das demonstrações orçamentais é a de facultar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das receitas e das despesas orçamentadas assim como, dos pagamentos e recebimentos e, por último, do desempenho orçamental.

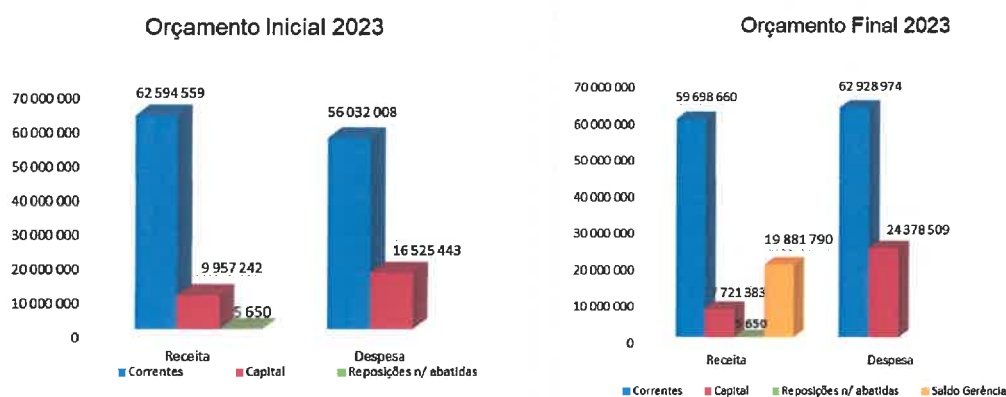
O relatório orçamental proporciona informação sobre a locação dos recursos de acordo com o orçamento legalmente aprovado, nomeadamente através de:

- uma demonstração de execução da receita, que tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da receita, nomeadamente as liquidações e quais os valores cobrados e por receber; contempla ainda informação das previsões corrigidas;
- uma demonstração de execução da despesa, que permite analisar o controlo da execução orçamental da despesa e da sua prestação de resultados durante o período contabilístico. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da despesa, nomeadamente os cabimentos, os compromissos assumidos e quais os valores pagos e por pagar; contempla ainda informação das previsões corrigidas;
- uma demonstração de desempenho orçamental, que evidencia importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte);

- uma demonstração de execução anual das Grandes Opções do Plano (GOP), que tem como finalidade permitir o controlo e análise da execução anual do Plano de Atividades Municipal (PAM) e do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), facultando informação relativa a cada programa e projeto.

1.1. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO INICIAL

O Orçamento inicial de 2023 foi aprovado com uma previsão de Receitas e Despesas no montante de 72,6 milhões de euros (ME). No decorrer do ano económico com a inclusão do saldo de gerência e outros ajustamentos, nomeadamente transferências do Orçamento de Estado (OE), comparticipações de fundos externos (nomeadamente do PRR) e Passivos Financeiros (empréstimos bancários), o Orçamento final atingiu a dotação de 87,3 ME.



As Grandes Opções do Plano para o ano de 2023 apresentavam um valor total (definido) de 42,6 ME, dos quais 14,6 ME estavam afetos ao Plano Plurianual de Investimentos (definido).

As Funções Sociais, onde estão incluídas as atividades e investimentos que têm por objetivo satisfazer as necessidades municipais nas áreas da educação, saúde, segurança social e ação social, habitação e serviços coletivos, serviços culturais, recreativos e religiosos, apresentavam no início do ano, o maior peso (73,7%).

Com as alterações efetuadas ao longo do ano, as Grandes Opções do Plano ficaram com um valor de 55,4 ME, dos quais 21,6 ME afetos ao Plano Plurianual de Investimentos.

1.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

Durante o ano 2023 houve necessidade de efetuar ajustamentos às dotações iniciais, que se traduziram nos seguintes valores:

Designação	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais		Previsões Corrigidas
		Reforços	Anulações	
Orçamento da Despesa	72 557 451,00	29 330 008,00	14 579 976,00	87 307 483,00
Orçamento da Receita	72 557 451,00	21 855 464,46	7 105 432,46	87 307 483,00



Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Alterações Orçamentais da Despesa

(Unidade: euro)

Designação	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais		Previsões Corrigidas
		Reforços	Anulações	
DESPESAS CORRENTES	56 032 008,00	13 176 747,00	6 279 781,00	62 928 974,00
Pessoal	27 688 598,00	3 162 342,00	1 467 371,00	29 383 569,00
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	20 095 857,00	9 233 593,00	4 546 180,00	24 783 270,00
Encargos Correntes da Dívida	385 789,00	10 000,00	24 000,00	371 789,00
Transferências Correntes	6 659 180,00	760 812,00	176 929,00	7 243 063,00
Subsídios	790 000,00		10 000,00	780 000,00
Outras Despesas Correntes	412 584,00	10 000,00	55 301,00	367 283,00
DESPESAS CAPITAL	16 525 443,00	16 153 261,00	8 300 195,00	24 378 509,00
Aquisição Bens de Capital	14 554 985,00	15 337 774,00	8 280 115,00	21 612 644,00
Transferências de Capital	398 605,00	815 487,00	20 080,00	1 194 012,00
Outras Despesas de Capital	100,00			100,00
Ativos Financeiros	0,00			0,00
Passivos Financeiros	1 571 753,00			1 571 753,00
TOTAL	72 557 451,00	29 330 008,00	14 579 976,00	87 307 483,00

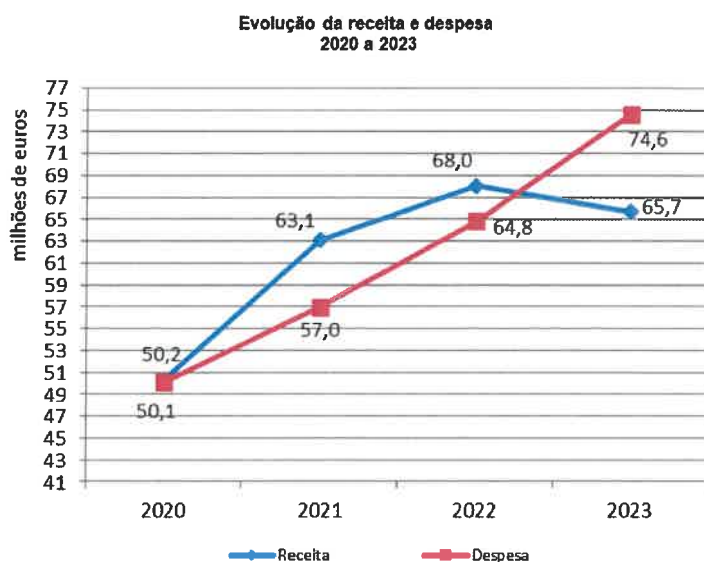
Alterações Orçamentais da Receita

(Unidade: euro)

Designação	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais		Previsões Corrigidas
		Reforços	Anulações	
RECEITAS CORRENTES	62 594 559,00	1 296 674,00	4 192 573,00	59 698 660,00
Impostos Diretos	28 247 369,00			28 247 369,00
Impostos Indiretos	1,00			1,00
Taxas, Multas e Outras Penalidades	5 030 797,00		2 500 000,00	2 530 797,00
Rendimentos de Propriedade	26 094,00			26 094,00
Transferências Correntes	17 797 665,00	1 296 674,00	1 692 573,00	17 401 766,00
Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes	11 472 633,00			11 472 633,00
Outras Receitas Correntes	20 000,00			20 000,00
RECEITAS DE CAPITAL	9 957 242,00	677 000,00	2 912 859,46	7 721 382,54
Venda de Bens de Investimento	10 474,00			10 474,00
Transferências de Capital	8 488 845,00	77 000,00	2 912 859,46	5 652 985,54
Ativos Financeiros				0,00
Outras Receitas de Capital	2,00			2,00
Passivos Financeiros	1 457 921,00	600 000,00		2 057 921,00
OUTRAS RECEITAS	5 650,00	19 881 790,46	0,00	19 887 440,46
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	5 650,00	0,00	0,00	5 650,00
Saldo de gestão anterior	0,00	19 881 790,46	0,00	19 881 790,46
TOTAL	72 557 451,00	21 855 464,46	7 105 432,46	87 307 483,00

1.3. ANÁLISE SUMÁRIA

Este capítulo tem como objetivo analisar sumariamente a execução orçamental no ano económico de 2023 e efetuar uma análise comparativa com os anos económicos de 2020 a 2023.



1.3.1. Receita

A receita arrecadada em 2023 foi de 65,7 milhões de euros de um total previsto de 67,4 milhões de euros, sem considerar o saldo de gerência, o que equivale a uma execução de 97,4%.

1.3.2. Despesa

O total da despesa paga foi de 74,6 milhões de euros, num total previsto de 87,3 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 85,5%.

No mesmo período foram assumidos compromissos no valor de 79,8 milhões de euros.

Do valor pago 60,1% destinou-se às Grandes Opções do Plano, 37,2%, às despesas com o pessoal e o restante para outras despesas.

Unidade: euro

Afetação da Despesa	Valor	Peso
Grandes Opções do Plano	44 839 377,35	60,10%
Despesas com Pessoal	27 764 208,19	37,22%
Outras Despesas	2 001 090,03	2,68%
TOTAL	74 604 675,57	100,00%

1.3.3. Saldo de Tesouraria

A diferença entre recebimentos e pagamentos efetuados no ano de 2023 foi de -8.905.705,66 euros que, a acrescer ao saldo transitado de 2022, no valor de 19.881.790,46 euros, dá um saldo a transferir para o ano económico de 2024, no valor de 10.976.084,80 euros.

Unidade: euro

Recebimentos	Pagamentos	Saldo de Tesouraria	Saldo Transitado (2022)	Saldo a transferir para o ano seguinte (2024)
65 698 969,91	74 604 675,57	-8 905 705,66	19 881 790,46	10 976 084,80

Na análise deste quadro, que evidencia uma redução do saldo transitado, convém ter presente que se trata apenas de um saldo de fluxos de caixa.



C.M. 477
Assinaturas e rubricas

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

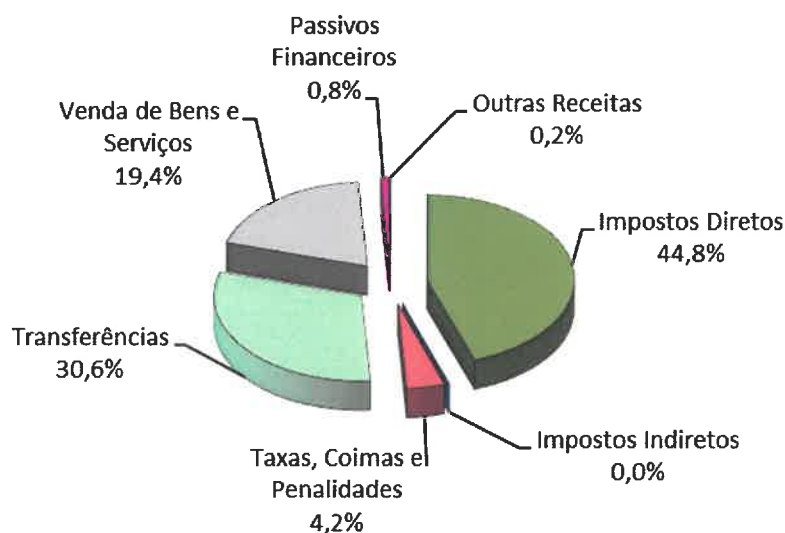
1.4. ANÁLISE DETALHADA

1.4.1. Receita

O total de receita arrecadada em 2023 corresponde ao segundo valor mais alto do quadriénio (pela segunda vez atingiu um valor acima dos 65 milhões de euros), que se fica a dever à execução dos impostos diretos e da venda de bens e serviços correntes.

A análise à receita será efetuada tendo em consideração a estrutura e o peso das principais componentes, a sua evolução nos últimos 4 anos e a comparação entre o previsto e o realizado.

Estrutura da Receita



Como se pode verificar pelo quadro seguinte, os Impostos Diretos apresentam em 2023 um decréscimo face ao ano transacto, representando 44,8% do total da receita. O IMI apresenta no quadriénio 2020/2023 um valor inferior a 11 milhões de euros, e o valor absoluto mais baixo no período em análise. A Derrama sobre o IRC apresenta, em 2023, uma subida que a coloca, em valor absoluto, no primeiro lugar, no quadriénio 2020/2023. O IMT apresenta em 2023 um acentuado decréscimo relativamente ao ano anterior, tendo ficado abaixo dos doze milhões de euros, ainda assim o segundo resultado mais elevado do quadriénio. O IUC apresenta em 2023 o valor mais alto do quadriénio, ultrapassando os dois milhões de euros.

No conjunto dos Impostos Diretos, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a Derrama sobre o IRC e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) são os principais impostos, tanto em termos absolutos como relativos.

A Venda de Bens e Serviços Correntes (venda de água, rendas pagas pela EDP pela concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, tarifa de saneamento e tarifa de resíduos sólidos entre outras) representa 19,4% do total da receita, apresentando pela primeira vez um valor acima dos doze milhões de euros.

Unidade: euro

Receitas	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Impostos Diretos	23 507 720,05	46,8%	25 413 044,75	40,3%	32 430 228,34	47,7%	29 423 418,16	44,8%
IMI	11 084 178,73	22,1%	11 139 992,93	17,7%	10 686 339,79	15,7%	10 421 154,73	15,9%
Derrama s/ IRC	3 915 031,43	7,8%	3 121 667,36	4,9%	4 157 987,01	6,1%	5 175 027,69	7,9%
IMT	6 642 231,47	13,2%	9 154 528,88	14,5%	15 429 889,65	22,7%	11 479 062,48	17,5%
Imposto Único de Circulação	1 866 278,42	3,7%	1 996 855,58	3,2%	2 156 011,89	3,2%	2 348 173,26	3,6%
Impostos Abolidos		0,0%						
Outros		0,0%						
Impostos Indiretos	682 284,15	1,4%	241 241,55	0,4%	1 523,78	0,0%	387,79	0,0%
Taxas, Coimas e Penalidades	857 824,90	1,7%	7 237 558,15	11,5%	2 618 645,76	3,8%	2 770 626,25	4,2%
Rendimentos de Propriedade		0,0%	31 424,79	0,0%	23 309,25	0,0%	10 862,49	0,0%
Transferências Correntes	10 272 992,03	20,5%	11 079 582,28	17,6%	15 730 715,96	23,1%	16 915 961,23	25,7%
Venda de Bens e Serviços Correntes	10 105 676,07	20,1%	11 046 525,41	17,5%	11 382 858,29	16,7%	12 755 931,17	19,4%
Outras Receitas Correntes	28 475,42	0,1%	15 795,34	0,0%	32 006,13	0,0%	52 525,90	0,1%
Total Receitas Correntes	45 454 972,62	90,5%	55 065 172,27	87,3%	62 219 287,51	91,5%	61 929 712,99	94,3%
Venda de Bens de Investimentos	17 146,79	0,0%	14 900,00	0,0%	363 700,00	0,5%	20 562,00	0,0%
Transferências de Capital	4 702 917,80	9,4%	2 162 458,36	3,4%	3 065 585,62	4,5%	3 185 159,09	4,8%
Ativos Financeiros								0,0%
Passivos Financeiros			5 773 799,06	9,2%	2 124 632,37	3,1%	527 126,41	0,8%
Outras Receitas de Capital		0,0%	1 218,60	0,0%		0,0%		0,0%
Total Receitas de Capital	4 720 064,59	9,4%	7 952 376,02	12,6%	5 553 917,99	8,2%	3 732 847,50	5,7%
Outras Receitas	28 262,96	0,1%	59 952,93	0,1%	254 203,79	0,4%	36 409,42	0,1%
Total de Receitas	50 203 300,17	100,0%	63 077 501,22	100,0%	68 027 409,29	100,0%	65 698 969,91	100,0%

As Taxas, Coimas e Penalidades regista o segundo maior valor do quadriénio (2,8 milhões de euros), representando 4,2% do total da receita. Em 2021 o aumento do valor arrecadado foi, no fundamental, resultado da receita proveniente do pagamento das licenças para emissão do alvará da Administração Conjunta da AUGI da Quinta da Torre – Marquesas I e III (4,8 milhões de euros).

No que respeita às receitas provenientes das taxas de loteamentos e obras verifica-se, no entanto, descontado o referido efeito dos licenciamento das AUGIS, um crescimento contínuo nos últimos anos ainda que muito longe dos valores verificados na década de 2000.



O valor recebido de Transferências representa 30,6% do total da receita, sendo que o valor transferido do Orçamento de Estado (que inclui as verbas das transferências de competências) representa 25,7% (16,9 milhões de euros) do montante global da receita (+1,5 milhões de euros).

C.M.

Kenne de los nls

muy a la...

A.M.

Poste

Substituto

Os Passivos Financeiros apresentam em 2023 o valor mais baixo do quadriénio (527 mil euros) resultante da utilização de parte dos empréstimos contratualizados, representando 0,8% do total da receita arrecadada.

milhões de euros

Categoria	Previsto	Realizado
Impostos Diretos	30.5	34.5
Impostos Indiretos	2.5	2.5
Taxas, Coimas e Penalidades	5.0	5.5
Transferências	26.0	23.5
Venda de Bense e Serviços	13.5	16.0
Ativos Financeiros	2.5	2.5
Passivos Financeiros	5.5	3.5
Outras Receitas	2.5	2.5

■ Previsto ■ Realizado

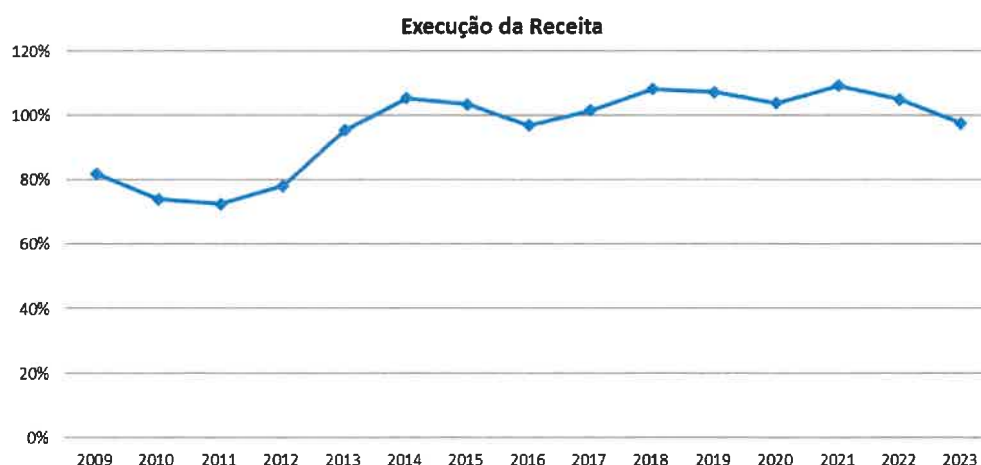
Unidade: euro

Receitas	Previsto	Realizado	Diferença	Execução %
Impostos Diretos	28 247 369,00	29 423 418,16	1 176 049,16	104,2%
IMI	10 990 541,00	10 421 154,73	-569 386,27	94,8%
Derrama s/ IRC	3 587 491,00	5 175 027,69	1 587 536,69	144,3%
IMT	11 624 647,00	11 479 062,48	-145 584,52	98,7%
Imposto Único de Circulação	2 044 688,00	2 348 173,26	303 485,26	114,8%
Impostos Abolidos	1,00	0,00	-1,00	0,0%
Outros	1,00	0,00	-1,00	0,0%
Impostos Indiretos	1,00	387,79	386,79	38779,0%
Taxas, Coimas e Penalidades	2 530 797,00	2 770 626,25	239 829,25	109,5%
Rendimentos de Propriedade	26 094,00	10 862,49	-15 231,51	41,6%
Transferências Correntes	17 401 766,00	16 915 961,23	-485 804,77	97,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	11 472 633,00	12 755 931,17	1 283 298,17	111,2%
Outras Receitas Correntes	20 000,00	52 525,90	32 525,90	262,6%
Total Receitas Correntes	59 698 660,00	61 929 712,99	2 231 052,99	103,7%
Venda de Bens de Investimentos	10 474,00	20 562,00	10 088,00	196,3%
Transferências de Capital	5 652 985,54	3 185 159,09	-2 467 826,45	56,3%
Ativos Financeiros				
Passivos Financeiros	2 057 921,00	527 126,41	-1 530 794,59	25,6%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,00	-2,00	0,0%
Total Receitas de Capital	7 721 382,54	3 732 847,50	-3 988 535,04	48,3%
Outras Receitas	5 650,00	36 409,42	30 759,42	644,4%
Total de Receitas	67 425 692,54	65 698 969,91	-1 726 722,63	97,4%

No ano 2023 a receita apresenta uma taxa de execução de 97,4% com uma realização inferior ao orçamentado em cerca de 1,7 milhões de euros.

No essencial registou-se um desvio na concretização dos Impostos Diretos (+1,2 milhões de euros), das Taxas, Coimas e Penalidades (+240 mil euros) e da Venda de Bens e Serviços Correntes (+1,3 milhões de euros), superando as dotações previstas. Por outro lado, ficaram aquém do previsto as Transferências Correntes e de Capital (-3 milhões de euros) e os Passivos Financeiros (-1,5 milhões de euros).

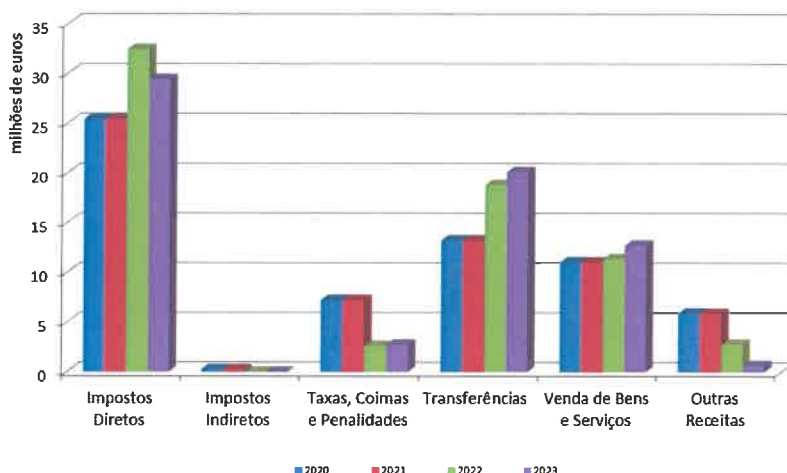
Numa análise da taxa de execução da receita ao longo dos últimos quinze anos, verifica-se que 2023 (97,4%) foi o nono melhor ano, à frente dos anos 2009 a 2013 e de 2016.





Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE EVOLUTIVA DA RECEITA



A evolução da receita arrecadada desde 2020 até 2023 é a que consta no quadro seguinte:

Unidade: euro							
Receitas	2020	2021	Δ %	2022	Δ %	2023	Δ %
Impostos Diretos	23 507 720,05	25 413 044,75	8,11%	32 430 228,34	27,61%	29 423 418,16	-9,27%
IMI	11 084 178,73	11 139 992,93	0,50%	10 686 339,79	-4,07%	10 421 154,73	-2,48%
Derrama s/ IRC	3 915 031,43	3 121 667,36	-20,26%	4 157 987,01	33,20%	5 175 027,69	24,46%
IMT	6 642 231,47	9 154 528,88	37,82%	15 429 889,65	68,55%	11 479 062,48	-25,61%
Imposto Único de Circulação	1 866 278,42	1 996 855,58	7,00%	2 156 011,89	7,97%	2 348 173,26	8,91%
Impostos Abolidos	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Impostos Indiretos	682 284,15	241 241,55	-64,64%	1 523,78	-99,37%	387,79	-74,55%
Taxas, Coimas e Penalidades	857 824,90	7 237 558,15	743,71%	2 618 645,76	-63,82%	2 770 626,25	5,80%
Rendimentos de Propriedade	0,00	31 424,79	0,00%	23 309,25	-25,83%	10 862,49	-53,40%
Transferências Correntes	10 272 992,03	11 079 582,28	7,85%	15 730 715,96	41,98%	16 915 961,23	7,53%
Venda de Bens e Serviços	10 105 676,07	11 046 525,41	9,31%	11 382 858,29	3,04%	12 755 931,17	12,06%
Outras Receitas Correntes	28 475,42	15 795,34	-44,53%	32 006,13	102,63%	52 525,90	64,11%
Total Receitas Correntes	45 454 972,62	55 065 172,27	21,14%	62 219 287,51	12,99%	61 929 712,99	-0,47%
Venda de Bens de Investimentos	17 146,79	14 900,00	-13,10%	363 700,00	2340,94%	20 562,00	-94,35%
Transferências de Capital	4 702 917,80	2 162 458,36	-54,02%	3 065 585,62	41,76%	3 185 159,09	3,90%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	5 773 799,06	0,00%	2 124 632,37	-63,20%	527 126,41	-75,19%
Outras Receitas de Capital	0,00	1 218,60	0,00%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%
Total Receitas de Capital	4 720 064,59	7 952 376,02	68,48%	5 553 917,99	-30,16%	3 732 847,50	-32,79%
Outras Receitas	28 262,96	59 952,93	112,13%	254 203,79	324,01%	36 409,42	-85,68%
Total de Receitas	50 203 300,17	63 077 501,22	25,64%	68 027 409,29	7,85%	65 698 969,91	-3,42%

A receita arrecadada em 2023, no valor de 65,7 milhões de euros, registou um decréscimo de 3,4% (menos 2,3 milhões de euros, em termos absolutos) face ao ano 2022, em resultado da arrecadação proveniente dos Impostos Diretos, da Venda de Bens de Investimento e dos Passivos Financeiros. Ao invés, as rubricas Taxas, Coimas e Penalidades, Venda de Bens e Serviços e Transferências Correntes e de Capital apresentam uma evolução positiva.

O conjunto dos Impostos Diretos apresenta um decréscimo de cerca de 9,3% (-3 milhões de euros), justificado pela evolução do IMT (-4 milhões de euros) e do IMI (-265 mil euros) e, em sentido contrário a Derrama sobre o IRC (+1 milhão de euros) e o IUC (+192 mil euros).

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um ligeiro acréscimo de +5,8%, (+152 mil euros) em comparação com o valor de 2022.

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento de 12,1% (+1,4 milhões de euros), resultante, no essencial, da receita proveniente da renda da EDP (+707 mil euros) em virtude da renda do 4º trimestre de 2022 e a do 4º trimestre de 2023 terem sido registadas no ano económico de 2023, da alimentação escolar (+81 mil euros) e da faturação da água e respetivas tarifas associadas (saneamento e resíduos sólidos) (+580 mil euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 7,5% (+1,2 milhões de euros). Esta evolução resulta das Transferências Correntes do Orçamento de Estado (+1,5 milhões de euros) devido à transferência de receitas no âmbito das transferências de competências (+1,7 milhões de euros) e da Participação Fixa do IRS (+431 mil euros). Ao invés regista-se a diminuição do Fundo Social Municipal devido à transferência em 2022 de verbas retidas de anos anteriores.

As Transferências de Capital apresentam um acréscimo de 3,9% (+120 mil euros). Para esta situação contribuiu o valor recebido em 2023 de projetos financiados pelos fundos comunitários.

Os Passivos Financeiros (receitas provenientes da utilização de empréstimos de médio e longo prazo contratados) registam um valor de 527 mil euros arrecadados em 2023, enquanto que no ano anterior recebeu-se 2,1 milhões de euros.

A receita, sem o efeito de verbas extraordinárias (empréstimos, fundos comunitários, PIDDAC), sofreu em 2023 uma redução de cerca de 1,2 milhões de euros, que se ficou a dever, principalmente, à redução dos valores do IMT.

O valor das taxas de obras e loteamentos e IMT demonstram a dependência da autarquia em relação a estas receitas, cerca de 25% em 2022 e 19,6% em 2023. Tratando-se de receitas dependentes do setor imobiliário, uma crise nesta área irá ter consequências graves na situação financeira municipal.

Importa realçar, também, o crescimento constante do valor da venda de serviços de abastecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos, cerca de 18% nos últimos 4 anos, 4,5% por ano. Este crescimento é ligeiramente inferior à inflação verificada neste período e tem sido obtido não só pelo aumento das tarifas, abaixo da inflação, como, bem mais importante, ao aumento do número de consumidores e a um maior controlo dos consumos.

Ainda assim, mesmo com o aumento verificado, as receitas das tarifas de saneamento e resíduos sólidos (5,077 milhões de euros, não são suficientes para fazerem face aos custos com a AMARSUL e SIMARSUL (cerca de 5,695 milhões de euros, no conjunto), menos cerca de meio milhão de euros e se a este valor se acrescentar os custos, que só na recolha de lixo contratada ascende aos 1,5 milhões de euros, conjuntamente com os custos dos meios próprios da autarquia, pessoal e equipamentos, afetos à função da recolha de lixo e dos custos com o sistema em baixa do saneamento, constata-se que as tarifas cobrem menos de 50% do valor do serviço prestado.

Por seu lado, o serviço de abastecimento de água, com uma receita de 3,8 milhões de euros em 2023, tem vindo a cobrir os custos com a prestação deste serviço. Com uma despesa (não considerando os custos dos meios próprios afetos, nem o valor das amortizações) de cerca de 2,5 milhões de euros, dos quais cerca de 1,2 milhões de euros são custos de energia, o serviço de abastecimento de água tem gerado recursos financeiros de caixa para fazer face aos custos com o serviço, no entanto, caso se levasse em consideração os custos com o pessoal, amortizações e custos gerais, também este serviço seria deficitário. Os custos da prestação de serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos permitiriam um crescimento mais rápido das tarifas, no entanto, tem sido política da autarquia não aumentar as tarifas de forma a permitir cobertura dos custos para não penalizar mais as famílias num período difícil de redução dos seus rendimentos reais e do tecido empresarial do concelho, em especial, as pequenas empresas.



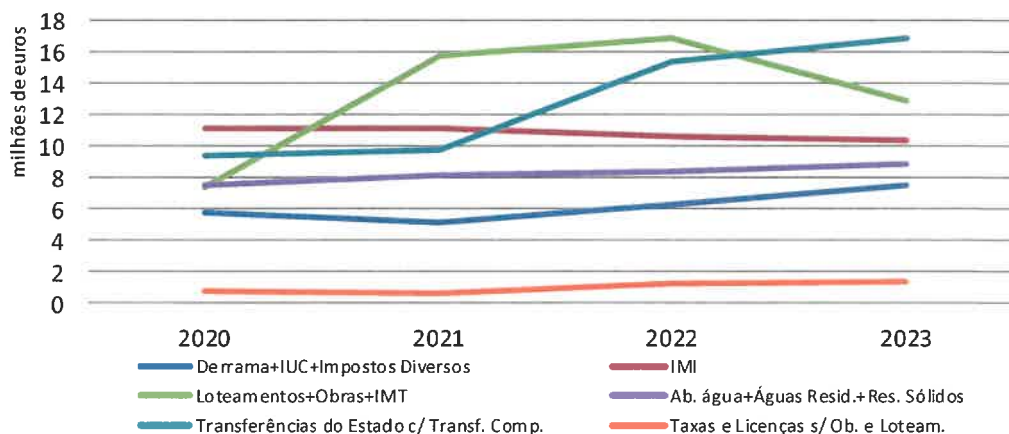
C.M. *[Handwritten signature]*
A.M. *[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Grandes Agregados da Receita

Grandes Agregados da Receita	2020	2021	2022	2023
Derrama+IUC+Impostos Diversos	5 781 309,85	5 118 522,94	6 313 998,90	7 523 200,95
IMI	11 084 178,73	11 139 992,93	10 686 339,79	10 421 154,73
Loteamentos+Obras+IMT	7 393 851,02	15 683 379,85	16 824 594,31	12 887 651,65
Ab. água+Águas Resid.+Res. Sólidos	7 546 909,67	8 197 845,18	8 329 386,87	8 908 943,20
Transferências do Estado c/ Transf. Comp.	9 372 075,69	9 784 745,67	15 352 080,00	16 879 256,00
Taxas e Licenças s/ Ob. e Loteam.	788 490,00	708 707,18	1 223 941,21	1 408 589,00
Receitas-Empr.-Fundos-Piddac	45 827 093,52	55 602 938,80	63 226 721,72	62 019 296,52
Receitas-Empr.-Fundos-Piddac-IMT	39 184 862,05	41 667 522,20	47 796 832,07	50 540 234,04
Receitas Total	50 203 300,17	63 077 501,22	68 027 409,26	65 698 969,91
Saldo	10 268 972,00	10 268 972,00	10 564 543,57	19 881 790,46
Receitas Total + Saldo	60 472 272,17	73 346 473,22	78 591 952,83	85 580 760,37

Evolução das Principais Receitas



1.4.2. Despesa

Neste capítulo, a análise a efetuar incidirá unicamente sobre a despesa paga. A despesa contraída e não paga será analisada no capítulo do endividamento.

O total da despesa paga durante o ano económico de 2023 foi de 74,6 milhões de euros e o valor dos compromissos assumidos foi de 79,8 milhões de euros.

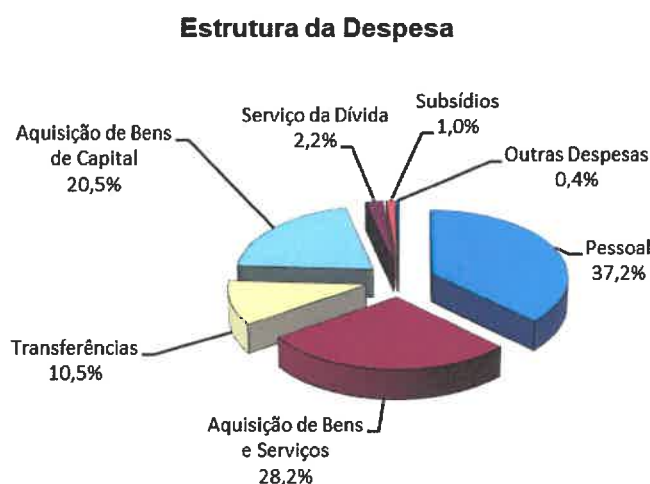
ESTRUTURA DA DESPESA POR AFETAÇÃO

Unidade: euro

Despesa	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Despesa afeta diretamente às GOP	28 613 943,13	57,1%	34 274 235,38	60,2%	37 441 197,52	57,8%	44 839 377,35	60,1%
Despesa não afeta às GOP	21 470 545,09	42,9%	22 700 200,80	39,8%	27 372 029,92	42,2%	29 765 298,22	39,9%
Total da Despesa	50 084 488,22	100,0%	56 974 436,18	100,0%	64 813 227,44	100,0%	74 604 675,57	100,0%

De acordo com a afetação da despesa, constata-se que 60,1% da despesa paga foi canalizada para o financiamento das Grandes Opções do Plano e 39,9% para despesas não afetadas diretamente às GOP, nomeadamente pessoal.

ESTRUTURA DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA



Unidade: euro

Despesa	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Pessoal	19 901 401,39	39,7%	20 931 916,02	36,7%	24 410 558,49	37,7%	27 764 208,19	37,2%
Aquisição de Bens e Serviços	14 050 803,04	28,1%	15 950 485,80	28,0%	18 438 791,62	28,4%	21 006 044,78	28,2%
Juros e Outros Encargos	89 231,41	0,2%	80 685,77	0,1%	68 840,82	0,1%	252 258,76	0,3%
Transferências Correntes	3 459 199,94	6,9%	3 583 811,01	6,3%	4 481 704,30	6,9%	7 013 360,06	9,4%
Subsídios	1 126 674,00	2,2%	780 000,00	1,4%	970 574,54	1,5%	780 000,00	1,0%
Outras Despesas Correntes	159 191,55	0,3%	159 178,45	0,3%	1 210 757,40	1,9%	296 511,72	0,4%
Total Despesas Correntes	38 786 501,33	77,4%	41 486 077,05	72,8%	49 581 227,17	76,5%	57 112 383,51	76,6%
Aquisição de Bens de Capital	8 859 012,34	17,7%	13 063 140,38	22,9%	13 102 207,59	20,2%	15 282 721,38	20,5%
Transferências de Capital	477 000,53	1,0%	416 901,36	0,7%	450 059,39	0,7%	824 396,23	1,1%
Ativos Financeiros	0,00	0,0%	62 849,50	0,1%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Passivos Financeiros	1 961 974,02	3,9%	1 945 467,89	3,4%	1 679 733,29	2,6%	1 385 174,45	1,9%
Outras Despesas de Capital								
Total Despesas Capital	11 297 986,89	22,6%	15 488 359,13	27,2%	15 232 000,27	23,5%	17 492 292,06	23,4%
Total da Despesa	50 084 488,22	100,0%	56 974 436,18	100,0%	64 813 227,44	100,0%	74 604 675,57	100,0%

A estrutura da despesa dá-nos o peso que cada componente tem no total, em função da sua natureza ou classificação económica.

A maior percentagem da despesa continua a ser imputada às despesas com Pessoal (37,2%), verificando-se uma ligeira diminuição no seu peso relativo, apresentando o valor mais alto no quadriénio, em termos absolutos, seguindo-se a Aquisição de Bens e Serviços, em termos de peso relativo apresenta 28,2% (a segunda percentagem mais alta) e o mais alto em termos de valor absoluto.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Ferreira", "Acosta", and others, over a grid background.]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Em 2023, a despesa na aquisição de bens e serviços dividiu-se em:

- Aquisição de bens: 4,4 milhões de euros, onde pontificam os combustíveis e a alimentação escolar (cerca de 2,8 milhões de euros);
- Aquisição de serviços: 16,6 milhões de euros, onde se destacam os pagamentos à SIMARSUL, AMARSUL, transportes escolares e energia, remoção e tratamento de resíduos sólidos, conservação e manutenção de espaços verdes e zonas públicas e conservação e manutenção da frota municipal (cerca de 9,1 milhões de euros no seu conjunto).

As Transferências Correntes apresentam, em 2023, um peso relativo de 9,4% e o maior valor absoluto no quadriénio 2020/2023 (7 milhões de euros).

Os Subsídios apresentam um peso relativo inferior ao dos registados no quadriénio (1%), e o valor mais baixo em termos absolutos (780 mil euros), igual ao registado em 2021.

As Outras Despesas Correntes representam em 2023 o segundo maior peso relativo (0,4%) e o segundo maior valor absoluto (297 mil euros) no quadriénio 2020/2023.

O peso das Despesas Correntes é a segunda percentagem mais alta do quadriénio em análise, representando 76,6% da despesa paga. O valor das despesas correntes no ano de 2023 foi, em termos absolutos, o mais elevado do período em análise (57,1 milhões de euros).

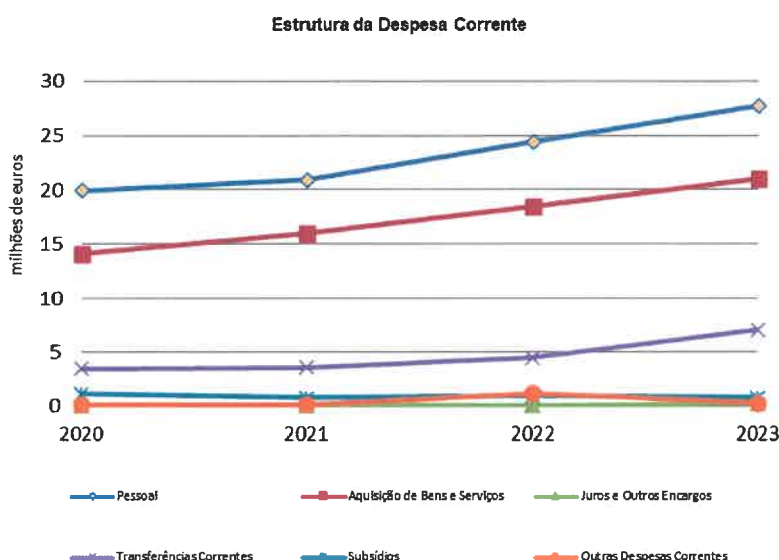
A Aquisição de Bens de Capital representa em 2023 20,5% do total da despesa registando o maior valor absoluto no quadriénio 2020/2023, (15,3 milhões de euros). A estrutura da aquisição de bens de capital foi:

- Investimentos: 15 milhões de euros;
- Locação Financeira: 296 mil euros.

ESTRUTURA DA DESPESA CORRENTE

O peso de cada um dos tipos de despesa corrente em relação ao seu total permite-nos analisar o seu comportamento sem o efeito dos investimentos cujas principais fontes de financiamento são os passivos financeiros e fundos comunitários.

Unidade: euro								
Despesa	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Pessoal	19 901 401,39	51,3%	20 931 916,02	50,5%	24 410 558,49	49,2%	27 764 208,19	48,6%
Aquisição de Bens e Serviços	14 050 803,04	36,2%	15 950 485,80	38,4%	18 438 791,62	37,2%	21 006 044,78	36,8%
Juros e Outros Encargos	89 231,41	0,2%	80 685,77	0,2%	68 840,82	0,1%	252 258,76	0,4%
Transferências Correntes	3 459 199,94	8,9%	3 583 811,01	8,6%	4 481 704,30	9,0%	7 013 360,06	12,3%
Subsídios	1 126 674,00	2,9%	780 000,00	1,9%	970 574,54	2,0%	780 000,00	1,4%
Outras Despesas Correntes	159 191,55	0,4%	159 178,45	0,4%	1 210 757,40	2,4%	296 511,72	0,5%
Total Despesas Correntes	38 786 501,33	100,0%	41 486 077,05	100,0%	49 581 227,17	100,0%	57 112 383,51	100,0%



As despesas de pessoal sofrem um ligeiro decréscimo do seu peso no total das despesas correntes, de 49,2%, em 2022, para de 48,6%, em 2023.

As despesas com aquisição de bens e serviços diminuíram o seu peso, de 37,2% (em 2022) para 36,8% (em 2023).

As Transferências Correntes apresentam um forte crescimento no seu peso relativo, passando de 9% em 2022 para 12,3% em 2023.

As despesas com juros e outros encargos com o serviço da dívida apresentam um aumento do seu peso entre 2020 e 2023, de 0,2% para 0,4 %, respetivamente.

A rubrica de Outras Despesas Correntes apresentam uma diminuição considerável do seu peso relativo na estrutura da despesa corrente, 2,4% em 2022 e 0,5% em 2023. Esta situação deve-se, no fundamental, ao reembolso à E-Redes – Distribuição de Eletricidade, S.A efetuado em 2022.

ANÁLISE PREVISTO - REALIZADO

Comparando o valor previsto (87,3 milhões de euros) com o valor pago (74,6 milhões de euros), o ano 2023 apresenta uma taxa de execução de 85,5%. Em relação à previsão inicial a taxa de execução foi de cerca de 102,8%. Do total previsto foram assumidos compromissos de 79,6 milhões de euros, o que representa uma taxa de 91,3%. Foram executados, em relação ao orçamento inicial, mais 1,1 milhões de euros nas despesas correntes e mais 967 mil euros nas despesas de capital.

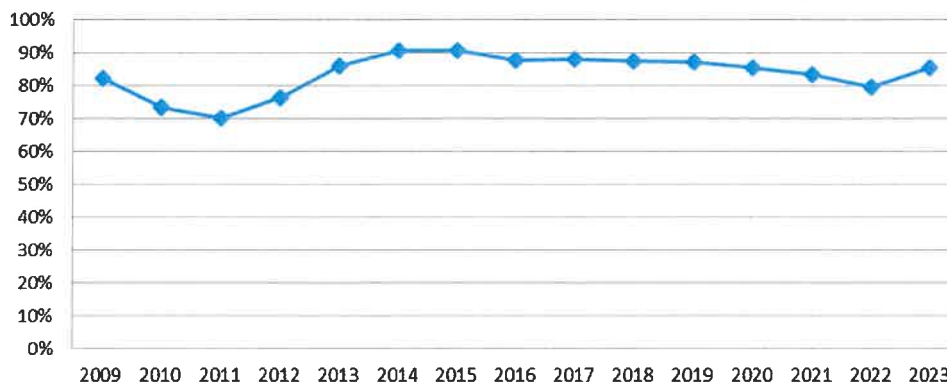
Numa análise da taxa de execução da despesa ao longo dos últimos quinze anos verifica-se que 2014 (90,8%) e 2015 (90,7%) foram os anos com melhores índices de execução. O ano 2023 apresenta a oitava melhor taxa neste período de análise (85,5%).



Handwritten signatures and notes in blue ink, including "C.M.", "A.M.", and various illegible signatures.

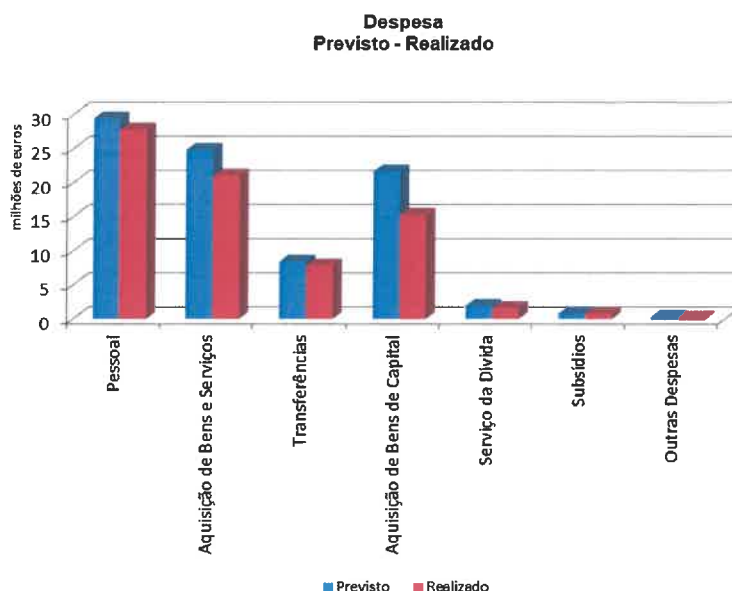
Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Execução da Despesa



Unidade: euro

Despesa	Previsto	Realizado	Execução %
Pessoal	29 383 569,00	27 764 208,19	94,5%
Aquisição de Bens e Serviços	24 783 270,00	21 006 044,78	84,8%
Juros e Outros Encargos	371 789,00	252 258,76	67,8%
Transferências Correntes	7 243 063,00	7 013 360,06	96,8%
Subsídios	780 000,00	780 000,00	100,0%
Outras Despesas Correntes	367 283,00	296 511,72	80,7%
Total Despesas Correntes	62 928 974,00	57 112 383,51	90,8%
Aquisição de Bens de Capital	21 612 644,00	15 282 721,38	70,7%
Transferências de Capital	1 194 012,00	824 396,23	69,0%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	
Passivos Financeiros	1 571 753,00	1 385 174,45	88,1%
Outras Despesas de Capital	100,00	0,00	0,0%
Total Despesas Capital	24 378 509,00	17 492 292,06	71,8%
Total da Despesa	87 307 483,00	74 604 675,57	85,5%



Comparando os valores previstos no Orçamento com os valores pagos, os maiores desvios (em termos absolutos) verificam-se nas rubricas de Aquisição de Bens de Capital, de Aquisição de Bens e Serviços e de Pessoal.

O desvio verificado nas verbas de Pessoal prende-se com diversas justificações, tais como: mobilidade para outras entidades (foram contempladas as verbas anuais para assegurar um eventual regresso de 20 trabalhadores); aposentações e saídas (deixaram de ser remunerados durante o ano 30 trabalhadores); transferência de pessoal não docente (cessaram o seu contrato 4 trabalhadoras). Para além destas situações outras existem que contribuem igualmente para uma menor execução da despesa, que são as ausências dadas por beneficiários da segurança social, cujo encargo é assegurado por esta entidade, designadamente por doença natural, doença profissional e parentalidade. Acrescem ainda ausências decorrentes de acidentes de trabalho a expensas da seguradora e sem remuneração, por motivo de greve ou faltas injustificadas (que totalizam 22.476 dias sem imputação à rubrica das remunerações certas). Em 2023 foram pagos 27,8 milhões de euros (dotação: 29,4 milhões de euros).

O desvio na aquisição de bens e serviços é devido, em parte, ao facto de se terem efetuado compromissos nos últimos meses do ano que não foram faturados pelas empresas ou, cuja faturação se encontrava em conferência nos serviços municipais, o que impossibilitou o seu pagamento. Em 2023 foram pagos 21 milhões de euros (dotação: 24,8 milhões de euros).

No ano 2023 foram pagos 15,3 milhões de euros (dotação: 21,6 milhões de euros) de aquisição de bens de capital, tendo-se verificado desvios na execução física e/ou financeira de investimentos face aos montantes orçamentados em diversas obras.

Na análise deste resultado importa ter presente o panorama no setor da construção civil que em 2023, continuou com forte dinâmica. Apesar de algum abrandamento específico na área da construção de edifícios, manteve-se o crescimento global. De acordo com o IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, no primeiro semestre de 2023 (últimos dados consolidados disponíveis), os índices de custos mantiveram-se em alta, o emprego no setor cresceu 3,1% face ao período homólogo, o índice de produção na engenharia civil cresceu 6,2%. A AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas também refere o crescimento sustentado do setor, com as vendas de cimento para o mercado interno a situarem-se, em 2023, em quase quatro milhões de toneladas. Apesar dos títulos de construção (alvarás e certificados) também terem crescido, continua a verificar-se que o mercado não está dimensionado para responder ao conjunto de obras, públicas e privadas, em curso no país: quer por persistir o atraso no fornecimento de matéria prima e inflação, quer por falta de mão de obra.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Ferreira de S. A.", "A. Costa", and "J. Pereira"]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Esta situação afetou e afeta, necessariamente, quer a contratação (com alguns concursos desertos), quer o ritmo de execução das obras. De facto, em 2023 tramitaram mais de 80 concursos quer para a realização de projetos, quer para a execução de obras. Estiveram no terreno também várias dezenas de obras (mais de 70 empreitadas) pelo que não se pode concluir que a menor execução resulta de falta de realização das ações do plano. Há efetivamente, alguns atrasos motivados pelos fatores acima descritos (capacidade das empresas) o que se refletiu, em alguns casos, ou em atrasos reais ou, noutros, em falsos atrasos, ou seja, na passagem de faturação do final de ano para 2024, tendo a execução física sido superior à execução financeira.

A estes fatores acresce a complexidade dos processos de licenciamento ou aprovação por entidades externas, o que também teve impacte na execução orçamental, uma vez que o lançamento de concursos teve de aguardar pelas autorizações, refletindo-se, depois, na impossibilidade de realizar toda a parcela de obra prevista para 2023.

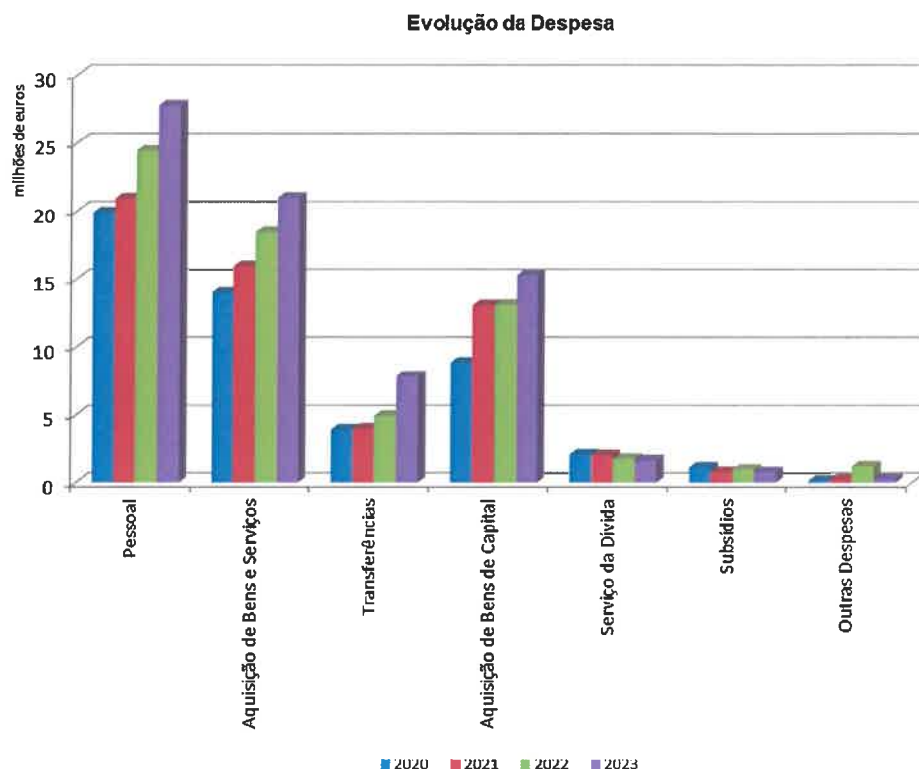
No que concerne a aquisição de viaturas e máquinas, foram os prazos de entrega, muito dilatados como é público, a impactarem negativamente a execução financeira.

Apesar destes constrangimentos ainda assim foram concluídas ou iniciadas muitas obras, num investimento de 18,2 milhões de euros com compromissos assumidos em 2023, dos quais foram pagos 15,3 milhões de euros, o valor mais alto do quadriénio e que quase duplica o registado em 2020, ano inicial da série em análise.

ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA

Unidade: euro

Despesa	2020	2021	Δ %	2022	Δ %	2023	Δ %
Pessoal	19 901 401,39	20 931 916,02	5,2%	24 410 558,49	16,6%	27 764 208,19	13,7%
Aquisição de Bens e Serviços	14 050 803,04	15 950 485,80	13,5%	18 438 791,62	15,6%	21 006 044,78	13,9%
Juros e Outros Encargos	89 231,41	80 685,77	-9,6%	68 840,82	-14,7%	252 258,76	266,4%
Transferências Correntes	3 459 199,94	3 583 811,01	3,6%	4 481 704,30	25,1%	7 013 360,06	56,5%
Subsídios	1 126 674,00	780 000,00	-30,8%	970 574,54	24,4%	780 000,00	-19,6%
Outras Despesas Correntes	159 191,55	159 178,45	0,0%	1 210 757,40	660,6%	296 511,72	-75,5%
Total Despesas Correntes	38 786 501,33	41 486 077,05	7,0%	49 581 227,17	19,5%	57 112 383,51	15,2%
Aquisição de Bens de Capital	8 859 012,34	13 063 140,38	47,5%	13 102 207,59	0,3%	15 282 721,38	16,6%
Transferências de Capital	477 000,53	416 901,36	-12,6%	450 059,39	8,0%	824 396,23	83,2%
Ativos Financeiros	0,00	62 849,50	0,0%	0,00	-100,0%	0,00	0,0%
Passivos Financeiros	1 961 974,02	1 945 467,89	-0,8%	1 679 733,29	-13,7%	1 385 174,45	-17,5%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Total Despesa de Capital	11 297 986,89	15 488 359,13	37,1%	15 232 000,27	-1,7%	17 492 292,06	14,8%
Total da Despesa	50 084 488,22	56 974 436,18	13,8%	64 813 227,44	13,8%	74 604 675,57	15,1%



O total da despesa paga em 2023 teve um aumento de 15,1% (+9,8 milhões de euros) relativamente ao ano 2022.

As componentes da despesa que mais aumentaram em 2023, comparativamente a 2022, são: Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Aquisição de Bens de Capital e Transferências Correntes.

A Aquisição de Bens de Capital, registou um acréscimo face a 2022 de 16,6% (em termos absolutos, +2,2 milhões de euros) o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (15,3 milhões de euros).

Da análise das fontes de financiamento verifica-se que em 2023 o autofinanciamento atingiu cerca de 12 milhões de euros, valor superior em cerca de 3,7 milhões ao verificado em 2022, onde atingiu cerca 8,3 milhões de euros.

A aquisição de bens de capital foi, em média, entre 2020 e 2023, de 12,6 milhões de euros e o autofinanciamento, para o mesmo período, foi de 7,6 milhões de euros, ou seja, 60,7% do investimento em bens de capital foram suportados pelo autofinanciamento no quadriénio em análise.

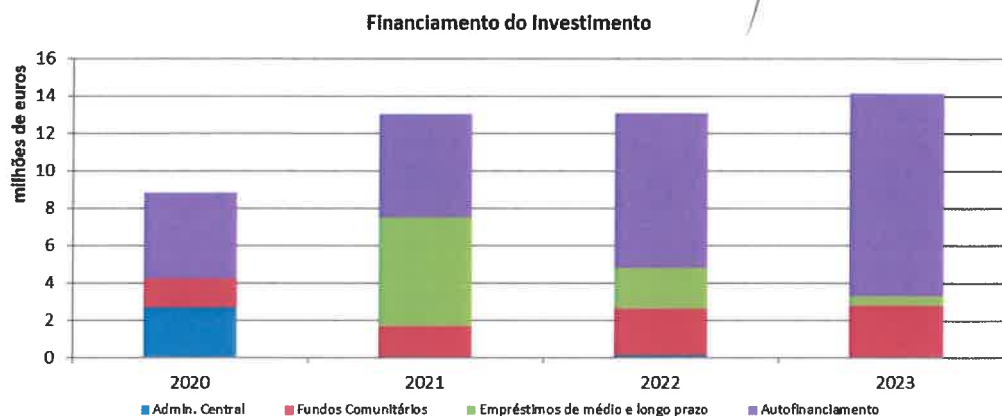
Financiamento orçamental da aquisição de Bens de Capital (Investimentos+Locação Financeira)

Fontes de Financiamento	2020	2021	2022	2023
Admin. Central	2 686 698,20	0,00	123 687,42	14 744,00
Fundos Comunitários	1 567 362,30	1 700 763,36	2 518 055,20	2 750 514,09
Empréstimos de médio e longo prazo	0,00	5 773 799,06	2 124 685,37	527 126,41
Autofinanciamento	4 604 951,84	5 588 577,06	8 335 779,60	11 990 336,88
Total aquisição de Bens de Capital	8 859 012,34	13 063 140,38	13 102 207,59	15 282 721,38



C.M. A.M.
Ferreira de Sá, João
António
A Costa
António Costa

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO



As despesas com pessoal registam em 2023, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 3,4 milhões de euros (+13,7%). Esta situação é resultante, no fundamental, da publicação de vários diplomas legais de valorização em todas as carreiras, que impactaram na atualização do níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória única operada por duas vezes (início do ano e intercalar) pelos Decretos-Lei n° 84-F/2022 e DL n° 26-B/2023, bem como medidas de valorização nas categorias de assistente operacional para as/os detentores do módulo de 30 anos de antiguidade, com repercussão nos aumentos dos valores que servem de referencial ao cálculo do trabalho suplementar.

Em paralelo, registou-se, ao abrigo da agenda do trabalho digno o incremento dos valores dos subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (Lei n° 13/2023 e DL n° 53/2023) e a atualização das prestações familiares (abonos de família, bonificação por deficiência, etc.) com especial incidência no aumento do valor percentual das majorações nos agregados monoparentais.

Destaca-se ainda, por ocasião da finalização do ciclo de avaliação (SIADAP 3) reportado ao biénio 2021/2022, a consumação de alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo dos regimes obrigatório (10 pontos) e regra (opção gestionária) com abrangência de um universo de 255 trabalhadoras/es.

O valor global das remunerações certas e permanentes pagas em 2023, foi de cerca de 20,6 milhões de euros, enquanto que, em 2022, se registou um valor de cerca de 18 milhões de euros. O pagamento do trabalho extraordinário e do trabalho efetuado em dia de descanso semanal apresenta um acréscimo de 12,3%, passando de 658 mil euros em 2022, para 739 mil euros em 2023.

O valor pago com a Segurança Social (5,9 milhões de euros) é superior ao valor pago em 2022 (5,3 milhões de euros), aumentando 629 mil euros.

Unidade: euro

Designação	2020	2021	Δ %	Acréscimo	2022	Δ %	Acréscimo	2023	Δ %	Acréscimo
Remunerações Certas e Permanentes	14 628 045,69	15 226 478,06	4,1%	598 432,37	17 964 777,12	18,0%	2 738 299,06	20 569 767,04	14,5%	2 604 989,92
Abonos Variáveis ou Eventuais	717 203,08	987 754,78	37,7%	270 551,70	1 157 651,46	17,2%	169 896,68	1 276 924,75	10,3%	119 273,29
Segurança Social	4 556 152,62	4 717 683,18	3,5%	161 530,56	5 288 129,91	12,1%	570 446,73	5 917 516,40	11,9%	629 386,49
Total Pessoal	19 901 401,39	20 931 916,02	5,2%	1 030 514,63	24 410 558,49	16,6%	3 478 642,47	27 764 208,19	13,7%	3 353 649,70

Designação	2020	2021	2022	2023
Numero de trabalhadoras/es	922	947	1214	1201
Número médio de trabalhadoras/es no ano = $(t(n-1)-t(n))/2+t(n)$	918,00	934,50	1 080,50	1 207,50
Remunerações Certas e Permanentes	14 628 045,69	15 226 478,06	17 964 777,12	20 569 767,04
Custos segurança social	4 556 152,62	4 717 683,18	5 288 129,91	5 917 516,40
Remuneração média	15 934,69	16 293,72	16 626,36	17 035,00
Custo médio segurança social	4 963,13	5 048,35	4 894,15	4 900,63
Custo médio trabalhador remuneração e segurança social	20 897,82	21 342,07	21 520,51	21 935,64

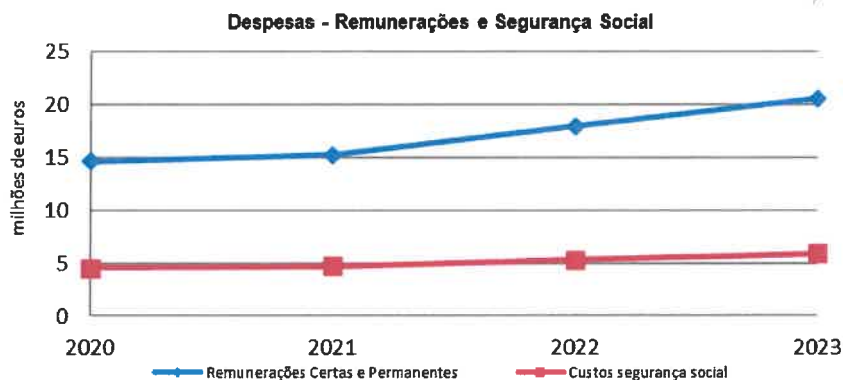
Assim, verifica-se que os custos com remunerações certas e permanentes por trabalhador/a, incluindo segurança social, entre 2022 e 2023, aumentaram cerca de 415 euros anuais, o que contribui em cerca de 503 mil euros o aumento do global destas despesas, enquanto a redução do número médio anual de trabalhadoras/es permite um ligeiro alívio do valor das despesas com pessoal. Este crescimento do custo médio por trabalhador, diretamente associado ao crescimento do valor médio das remunerações, em resultado da valorização das carreiras e dos aumentos da função pública, permite antever uma pressão maior dos custos de pessoal no orçamento municipal, em sinal contrário ao que vinha acontecendo até 2023, onde os constrangimentos impostos à progressão nas carreiras e o fraco crescimento dos salários impediu o crescimento do salário médio dos trabalhadores.

Importa ainda referir que o número médio de trabalhadores entre 2020 e 2023 aumentou em 279 unidades, mais 30%, na sua totalidade devido à transferência do pessoal afeto à educação, cujas competências passaram para o município. O aumento do valor das remuneração certas e permanentes aumentou cerca de 6 milhões de euros, mais 41%. O aumento dos custos com remunerações certas e permanentes e segurança social cresceu cerca de 7,3 milhões de euros, no período em análise, mais 38%.



C.M. A.M.
ferreira de s. alves
4/7/7
Acosta
António

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO



A Aquisição de Bens e Serviços apresenta um acréscimo de 2,6 milhões de euros (+13,9%), comparativamente ao ano 2022. Este aumento é resultante, no fundamental, do desenvolvimento da atividade municipal.

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 56,5% (em termos absolutos: +2,5 milhões de euros). Esta evolução justifica-se, no essencial, pelas verbas destinadas aos agrupamentos de escolas no âmbito da transferência de competências (cerca de +654 mil euros), pela transferência de competências para as Juntas de Freguesia da manutenção dos espaços verdes e atualizações de outras áreas de intervenção (cerca de +1,4 milhões de euros), transferências no âmbito das bolsas de estudo e dos cadernos de atividades (+48 mil euros), transferência para as corporações de bombeiros (cerca de +47 mil euros) e da transferência no âmbito dos protocolos com as IPSS (Ação Social), cerca de mais de 345 mil euros.

1.4.3. Comparação entre Receitas e Despesas – Limites Legais

PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O Decreto Lei n.º 54 – A/99, de 22 de fevereiro, estabelece, no ponto 3.1. Princípios orçamentais, que: “Princípio do equilíbrio – ... as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. Apesar de o SNC-AP ter revogado este ponto mantemos esta análise. Este princípio significa que as despesas correntes devem ser financiadas com receitas de natureza semelhante, não permitindo que despesas ordinárias sejam financiadas com receitas extraordinárias. Como se pode verificar no quadro seguinte as receitas correntes foram superiores às despesas correntes.

Unidade: euro

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo ano 2022	19 881 790,46	Saldo para 2024	10 976 084,80
Receitas Correntes	61 929 712,99	Despesas Correntes	57 112 383,51
Receita de Capital	3 732 847,50	Despesa de Capital	17 492 292,06
Outras Receitas	36 409,42		
Total Geral	85 580 760,37	Total Geral	85 580 760,37

No entanto, a Lei das Finanças Locais (73/2013, de 3 de setembro), no seu art.º 40 foi mais longe no que respeita ao conceito de equilíbrio orçamental, obrigando a que sejam contabilizados, neste âmbito,

os valores das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Com o nível de execução orçamental em 2023, o saldo continua a ser positivo, conforme quadro seguinte:

Equilíbrio Orçamental - Lei das Finanças Locais (73/2013, art.º 40º)

EQUILÍBRIO CORRENTE: Receita corrente= Despesa corrente + Amortização média empréstimos M/L Prazo	
Despesa Corrente	57 112 383,51
Amortização média empréstimos M/L Prazo *	1 363 108,55
Despesa corrente + Amortização média empréstimos M/L Prazo	58 475 492,06
Receita corrente	61 929 712,99
Saldo no equilíbrio	3 454 220,93

* Não se consideraram os empréstimos totalmente amortizados durante o ano de 2023

2. Análise de Indicadores

Este capítulo pretende apresentar e analisar um conjunto de indicadores, com vista à medição do nível dos resultados obtidos na atividade municipal. Estes indicadores são influenciados, no ano em análise, pelas razões já expostas anteriormente.

2.1. RÁCIOS ORÇAMENTAIS DE NATUREZA ECONÓMICA

Rátios	2020	2021	2022	2023
1- Rátios Orçamentais de Natureza Económica				
1.1 - Impostos Diretos / Receitas Correntes	51,7%	46,2%	52,1%	47,5%
1.2 - Impostos Diretos / Receitas Totais	46,8%	40,3%	47,7%	44,8%
1.3 - Impostos Indiretos + Taxas / Receitas Totais	3,1%	11,9%	3,9%	4,2%
1.4 - Venda de serviços/Receitas correntes	22,2%	20,1%	18,3%	20,6%
1.5 - Transferências Correntes / Receitas Correntes	22,6%	20,1%	25,3%	27,3%
1.6 - Transferências de Capital / Receitas de Capital	99,6%	27,2%	55,2%	85,3%
1.7 - Fundos (correntes) do OE / Receitas Correntes	19,6%	16,9%	24,0%	26,6%
1.8 - Fundos (corrente+capital) OE / Receitas Totais	18,7%	15,5%	22,6%	25,7%
1.9 - Empréstimos de MLP / Receitas Totais	0,0%	9,2%	3,1%	0,8%
1.10 - Receitas Correntes / Receitas Totais	90,5%	87,3%	91,5%	94,3%
1.11 - Pessoal / Despesas Correntes	51,3%	50,5%	49,2%	48,6%
1.12 - Pessoal / Despesas Totais	39,7%	36,7%	37,7%	37,2%



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Ferreira do Rio", "Acosta", and others, over a grid background.]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Rádios	2020	2021	2022	2023
1- Rádios Orçamentais de Natureza Económica				
1.13 - Aq. de Bens e Serviços / Despesas Correntes	36,2%	38,4%	37,2%	36,8%
1.14 - Encargos Financeiros / Despesas Correntes	0,2%	0,2%	0,1%	0,4%
1.15 - Investimento / Despesas de Capital	78,4%	84,3%	86,0%	87,4%
1.16 - Passivos Financeiros / Despesas de Capital	17,4%	12,6%	11,0%	7,9%
1.17 - Despesas Correntes / Despesas Totais	77,4%	72,8%	76,5%	76,6%

Da análise aos rácios de natureza económica realça-se:

- Em 2023 inverte-se a tendência de subida do peso dos impostos diretos no total das receitas correntes e no total das receitas verificada em 2022, o que se ficou a dever ao valor recebido do IMT em 2022;
- O peso das receitas provenientes de impostos indiretos e taxas, no total da receita arrecadada apresenta em 2023, uma percentagem mais conforme com uma situação normal, semelhante aos valores dos anos 2020 e 2022, sendo que o valor do rácio em 2021 (11,9%) foi resultado do recebimento proveniente do pagamento das licenças para emissão do alvará da Administração Conjunta da AUGI da Quinta da Torre – Marquesas I e III;
- Inverte-se a tendência de redução do peso da venda de serviços no total da receita corrente em virtude das explicações dadas anteriormente;
- O peso das transferências correntes nas receitas correntes aumenta em 2023, registando o maior valor do quadriénio, fruto das verbas provenientes das transferências de competências;
- Em 2023 o peso das transferências de capital no total das receitas de capital aumenta devido, por um lado, do acréscimo das verbas provenientes dos financiamentos externos, nomeadamente do PRR, e, por outro, pela diminuição da receitas com empréstimos;
- As transferências provenientes do Orçamento de Estado, ao abrigo da Lei das Finanças Locais apresentam, em 2023 um aumento no seu peso, quer em relação às receitas correntes, quer no que diz respeito ao total das receitas;
- Em 2020 não se registou qualquer financiamento proveniente de empréstimos bancários. Em 2021 verificou-se uma receita de cerca de 5,8 milhões de euros. Em 2022 apresenta uma receita de 2,1 milhões de euros e em 2023 regista um valor de cerca de 527 mil euros;
- O peso das receitas correntes no total da receita aumenta em virtude do decréscimo da receita pela utilização dos empréstimos de médio e longo;
- Em 2023 o peso das despesas com pessoal nas despesas correntes e nas despesas totais diminui ligeiramente;
- Em 2023, o peso das aquisições de bens e serviços diminui em relação às despesas correntes, em resultado do maior aumento neste ano das verbas com pessoal e transferências correntes;

- Em 2023 o peso dos investimentos no total das despesas de capital aumentou, no fundamental, pelo decréscimo das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo e da venda de bens de investimento;
- O peso da amortização de empréstimos no total das despesas de capital apresenta em 2023 o valor mais baixo do quadriénio devido ao anteriormente referido;
- O peso das despesas correntes no total das despesas pagas apresenta um valor semelhante relativamente ao ano 2022.

2.2. RÁCIOS ORÇAMENTAIS DE NATUREZA FINANCEIRA

Rátios	2020	2021	2022	2023
2- Rátios Orçamentais de Natureza Financeira				
2.1 - Pessoal / Receitas Correntes	43,8%	38,0%	39,2%	44,8%
2.2 - Remunerações Certas e Permanentes do Pessoal / Receitas Correntes (ano n-1)	30,2%	33,5%	32,6%	33,1%
2.3 - Despesa Total do Pessoal / Receitas Correntes (ano n-1)	43,1%	46,0%	44,3%	44,6%
2.4 - Fundos do OE / Despesas Totais	18,7%	17,2%	23,7%	22,6%
2.5 - Fundos do OE (capital) / Investimentos	5,2%	3,5%	3,2%	2,7%
2.6 - Amortizações e Juros / Receitas Totais	4,1%	3,2%	2,6%	2,5%
2.7 - Despesas Correntes / Receitas Correntes	85,3%	75,3%	79,7%	92,2%
2.8 - Despesas de Capital / Receitas de Capital	239,4%	194,8%	274,3%	468,6%
2.9 - Investimentos / Receitas Totais	17,6%	20,7%	19,3%	23,3%

Este conjunto de rácios relaciona, do ponto de vista orçamental, as origens de fundos (receitas) com a sua aplicação (despesas).

No essencial da leitura dos mesmos sublinham-se os seguintes aspetos:

- As despesas com pessoal absorvem um maior volume de receitas correntes quando comparado com o ano 2022, o que se prende com as justificações dadas anteriormente;
- O peso das despesas com o pessoal nas receitas correntes do ano anterior, cujo limite não poderia ultrapassar os 70%, de acordo com norma da Lei das Finanças Locais, entretanto revogada, tem-se mantido estável, com um ligeiro aumento em 2023;
- Em 2023 verificou-se uma ligeira diminuição do peso da participação do OE nas despesas totais, o mesmo acontecendo com a evolução da participação do FEF Capital no total dos investimentos;
- O valor das amortizações e juros em 2023 mantém a tendência de diminuição dos três primeiros anos do quadriénio;
- Em 2023 verificou-se um acréscimo do peso das despesas correntes nas receitas correntes;
- O peso do investimento no total das receitas apresenta em 2023 uma subida em virtude do maior aumento no capítulo dos investimentos.



Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

2.3. OUTROS RÁCIOS

Rátios	2020	2021	2022	2023
3 - Meios Humanos				
3.1 - População* / N° Trabalhadores/as do Município	69,7	72,7	56,7	59,5
3.2 - Despesas com Pessoal / População *	309,7	304,0	354,5	388,8
3.3 - Despesas com Pessoal / N° de Trabalhadores/as do Município	21 585	22 103	20 108	23 118
4 - Meios Financeiros				
4.1 - Impostos Diretos / População *	365,8	369,1	471,0	412,0
4.2 - Receitas Totais / População *	781,1	916,1	988,0	920,0
4.3 - Investimento Municipal / População *	133,4	185,1	185,5	209,9
4.4 - Despesa com Atividade / População *	307,4	308,1	353,5	413,9
5 - Eficácia				
5.1 - Receita Recebida / Receita Orçamentada	103,7%	109,0%	104,9%	97,4%
5.2 - Despesa Paga / Despesa Orçamentada	85,3%	83,3%	79,5%	85,5%
5.3 - Investimento Pago / Investimento Previsto	70,1%	62,0%	58,9%	70,7%
5.4 - GOP Executado / GOP Previsto	80,8%	77,1%	72,6%	80,9%
6 - Eficiência e Produtividade				
6.1 - GOP / Despesa Total	57,1%	60,2%	57,8%	60,1%
6.2 - GOP / Despesas com Pessoal	143,8%	163,7%	153,4%	161,5%

*Fonte: DOSI CM Palmela, ano 2023 – 71 410 habitantes

2.3.1. Meios Humanos

O município de Palmela, no final do ano de 2023, tinha ao seu serviço 1.201 trabalhadores/as, menos 13 do que no final do ano de 2022.

Com o aumento do número de trabalhadoras/es em 2022 devido à transferência de competências para o município na área da educação, os rácios de número de habitantes por trabalho e das despesas com o pessoal por habitante sofreram uma importante deterioração.

2.3.2. Meios Financeiros

Neste conjunto de rácios verifica-se o aumento do investimento por habitante a par do aumento do nível de atividade por habitante, ao mesmo tempo que diminui o valor da receita dos impostos diretos por habitante, que reflete, a diminuição do IMT.

2.3.3. Eficácia

Os indicadores de eficácia indicam o grau de concretização financeira dos objetivos traçados para um determinado período. Neste caso foi medida a eficácia tendo em consideração o grau de cumprimento e execução dos documentos, Orçamento e Grandes Opção do Plano (2020-2023).

Da leitura dos indicadores, verifica-se uma evolução positiva do seu desempenho em 2023, com exceção da execução da receita.

2.3.4. Eficiência e Produtividade

O grau de eficiência pode ser medido através da capacidade de realizar os objetivos ao menor custo, o que se obtém através da relação entre a despesa associada às GOP e a despesa total. Este indicador sofreu uma melhoria em 2023 comparado com 2022. Em 2023 apresenta uma taxa de 60,1%, o que significa que mais de metade do valor da despesa total paga é imputada diretamente às Grandes Opções do Plano.

Por outro lado, a produtividade pode ser medida através do rácio entre as despesas com as GOP e os meios consumidos com os/as trabalhadores/as. Este indicador também apresenta uma subida em 2023; passou de 153,4% em 2022, para 161,5% em 2023 isto é, por cada 100 euros gastos em pessoal em 2022, foram gastos cerca de 153,4 euros em atividades e investimentos do município, enquanto que em 2023, por cada 100 euros gastos em pessoal, foram despendidos cerca de 161 euros.

3. Endividamento Municipal

Neste ponto será efetuada uma análise ao endividamento municipal: endividamento a médio e longo prazo, endividamento de curto prazo e endividamento total municipal.

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO

Unidade: euro

Descrição	2020	2021	2022	2023
Capital em Dívida Início do Ano	9 008 797	7 046 823	10 875 154	11 320 053
Amortizações de Capital	1 961 974	1 945 468	1 679 733	1 385 174
Empréstimos Utilizados	0	5 773 799	2 124 632	527 126
Capital em Dívida Final do Ano	7 046 823	10 875 154	11 320 053	10 462 005

No final do ano de 2023 o capital em dívida era inferior em 858.048,04€ (-7,6%) relativamente a 2022. Desde o início de 2020 o endividamento bancário aumentou 16,4% (+1.453.208,21€), apresentando neste quadriénio um valor médio acima dos nove milhões de euros.

DÍVIDAS A FORNECEDORES DE CURTO PRAZO

As outras dívidas de curto prazo a terceiros correspondem essencialmente a dívidas de curto prazo a fornecedores, e apresentam a seguinte evolução:

Dívidas a Curto Prazo				
Descrição	2020	2021	2022	2023
Fornecedores de curto prazo	1 352 858,50	1 901 589,48	1 912 247,22	1 754 695,47
Saldo de Gerência	10 564 543,57	16 667 608,61	19 881 790,46	10 976 084,80

Em 2020, o saldo da gerência significava 7,8 vezes o valor da dívida de curto prazo a fornecedores e em 2023 representa mais de 6,4 vezes.



C.M. A.M.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Câmara de Res. idm", "Acosta", and "Helder Borges"]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

O valor em dívida de curto prazo a fornecedores no final de 2023, diz respeito, principalmente, ao valor das faturas em receção e conferência, cerca de 1.701.745,31 euros. O valor restante, 52.950,16 euros, diz respeito a faturas cujo pagamento será efetuado dentro dos prazos normais.

ENDIVIDAMENTO TOTAL

Desde 2017 até 2020 que o endividamento da autarquia recuou para pouco mais de 9 milhões de euros. A partir de 2021 verificou-se uma inversão de tendência, com o endividamento a aumentar cerca de 4,7 milhões de euros, mais cerca de 50%. O maior aumento verificou-se em 2021, cerca de 4,1 milhões de euros; em 2022 o aumento quedou-se por cerca de 600 mil euros. O aumento do endividamento ficou a dever-se, principalmente, à utilização dos empréstimos de médio e longo prazo.

A dívida a fornecedores também aumentou cerca 549 mil euros em 2021, mas manteve-se estável em 2022, em virtude do aumento do investimento e da atividade municipal, dado que se trata de dívidas de curto prazo, cujo crescimento se prende com o enorme volume de faturas para processar. Em 2023 verificou-se uma ligeira diminuição das dívidas de curto prazo a fornecedores de cerca de 200 mil euros, valor com pouco significado na média dos últimos três anos.

O valor da dívida de leasing apresenta uma diminuição de cerca de 230 mil euros, o mesmo sucedeu com as dívidas ao estados e outros entes públicos também diminuíram ligeiramente. Em termos globais, o endividamento sem participações sociais, FAM e operações de tesouraris diminuiu cerca de 1,4 milhões de euros em 2023, 10%.

Mapa de endividamento s/ participações, FAM e operações de tesouraria

Designação	2020	2021	2022	2023
Fornecedores	1 352 858,50	1 901 589,48	1 912 247,22	1 754 696,47
Estado e outros entes públicos	241 365,68	257 041,80	283 126,98	346 301,00
Endividamento Bancário	7 046 822,78	10 875 153,52	11 320 049,83	10 462 005,00
Leasing	753 394,07	495 747,00	612 675,82	382 827,04
TOTAL	9 394 441,03	13 529 531,80	14 128 099,85	12 945 829,51

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

Em 2014, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, verificou-se uma alteração profunda na forma de cálculo do endividamento, tendo sido introduzido o conceito de dívida total.

A margem de endividamento, a 31 de dezembro de 2023, é apurada de acordo com o quadro da página seguinte.

Aferição da Dívida Total

Designação				31/12/2022	31/12/2023
LIMITE DÍVIDA TOTAL	Receta corrente líquida cobrada	2021	(1)	45 454 973	55 065 172
		2022	(2)	55 065 172	62 219 288
		2023	(3)	62 219 288	61 929 713
		Média	(4)=(1+2+3)/(3)	54 246 478	59 738 058
	Limite dívida total		(5)=(4)*1,5	81 369 717	89 607 086
DÍVIDA TOTAL	Provisões		(6)	373 847	95 502
	Diferimentos		(7)	5 165 181	8 600 358
	Empréstimos		(8)	11 320 053	10 462 005
	Locação financeira		(9)	612 676	382 827
	Fornecedores		(10)	1 912 247	1 754 696
	Estado e outros entes públicos		(11)	283 127	346 301
	Outras contas a pagar		(12)	6 328 652	6 914 411
	Total Passivo Municipal		(13)	25 995 783	28 556 100
	Dívida de entidades participadas	ADREPAL (49,11%)*	(14)	48 524	48 524 a)
		AMRS (11,51%)	(15)	0	0
		ANMP (0,38%)	(16)	0	0
		AMRPMS	(17)	0	0
		AMARSUL (2,87%)	(18)	0	0
		SIMARSUL (4,62%)	(19)	0	0 c)
		Artemrede (6,19%)*	(21)	63 998	63 998 d)
		AIA (10,09%)	(21)	0	0 b)
		AMPV (1,45%)*	(22)	30	30 b)
		AML (3,96%)	(23)	1 611	1 911 b)
		Palmela Desporto (100%)	(24)	0	0 e)
	TOTAL		(25)=Σ ((13)...(24))	26 109 946	28 670 563
	Provisões		(26)	373 847	95 502
	Diferimentos		(27)	5 165 181	8 600 358
	Dívidas não orçamentais		(28)	2 755 834	2 766 008
	Empréstimos Excecionado artigo 90.º-A RFALEI		(29)	2 431 623	2 284 745
	Dívidas orçamentais sem empréstimos excecionados		(31)=(25)-(26)-(27)-(28)-(29)-(30)	15 383 461	14 923 951
MARGE M PARA ENDIVID . TOTAL	Margem total disponível		(32)=(5)-(31)	65 986 255	74 683 135
	Margem utilizável		(33)=(32)*20%	13 197 251	14 936 627
Saneamento Financeiro	Artigo 58.º, n.º 1. alínea b),		(34)=(9)+(10)+(11)+(12)	9 136 702	9 398 236
			(35)=(4)*75%	40 684 858	44 803 543
	Artigo 58.º, n.º 3		(36)=(31)*2,25	34 612 787	33 578 890
	Dever de contrair empréstimo de saneamento		(37)=(34)>(35)	Não	Não
	Obrigação de contrair empréstimo de saneamento financeiro ou adesão a procedimento de recuperação financeira		(38)=(36)>(4)	Não	Não

a) Valor referente ao 3.º trimestre de 2022, não se considera a dívida da empresa ao município com a venda dos imóveis já regularizada com a escritura.

b) Não foram fornecidos elementos, mas os valores são historicamente reduzidos.

c) Sector empresarial do estado não releva para o endividamento municipal em caso de resultado positivo.

d) Último valor disponível.

e) A Palmela Desporto, EEM apresentou resultados positivos pelo que o seu endividamento não releva para dívida total do município.



C.M. A.M.

Emílio de Jesus
Acosta
Juliano

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

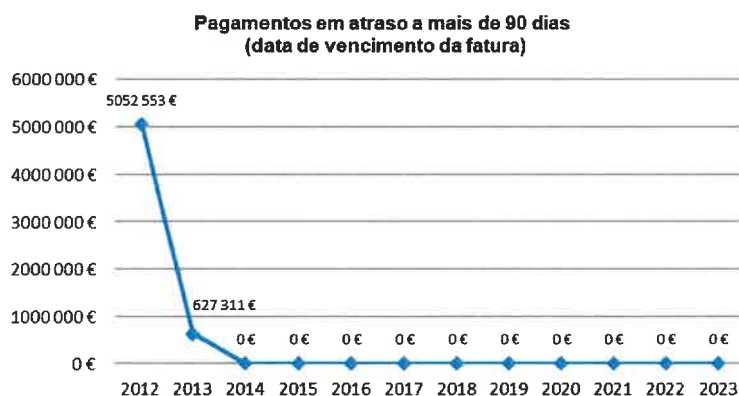
De acordo com o n.º 5, do artigo 52.º da Lei das Finanças Locais os empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação comunitária não são considerados para efeitos do apuramento da dívida total do município.

Em relação ao ano de 2022, a capacidade de endividamento aumentou ligeiramente. Embora o passivo total do município tenha aumentado, devido aos diferimentos (principalmente valores referentes a subsídios aos investimentos ainda não concluídos, férias e subsídios de férias), o conjunto da dívida a fornecedores, estado e financiamentos obtidos sofreu uma ligeira diminuição. Importa referir que foram contratados diversos empréstimos BEI que não foram totalmente utilizados em 2023, prevendo-se a sua utilização durante o ano de 2024.

A margem utilizável no final de 2023 continua a ser significativa embora possa sofrer alguma erosão caso o valor das receitas extraordinárias venha a diminuir. Um maior constrangimento à contração de novos empréstimos pode resultar do aumento da despesa corrente e da sua repercussão na regra do equilíbrio orçamental.

PAGAMENTOS EM ATRASO

No conceito estabelecido por legislação específica (e dever de informação mensal à DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais) no final do 4º trimestre de 2023, o município de Palmela não tinha qualquer montante de pagamentos em atraso a mais de 90 dias da data de vencimento da fatura. Esta situação, que se mantém inalterável desde 2014, é demonstrativa da recuperação e consolidação das finanças do município, resultado de uma gestão rigorosa e equilibrada.

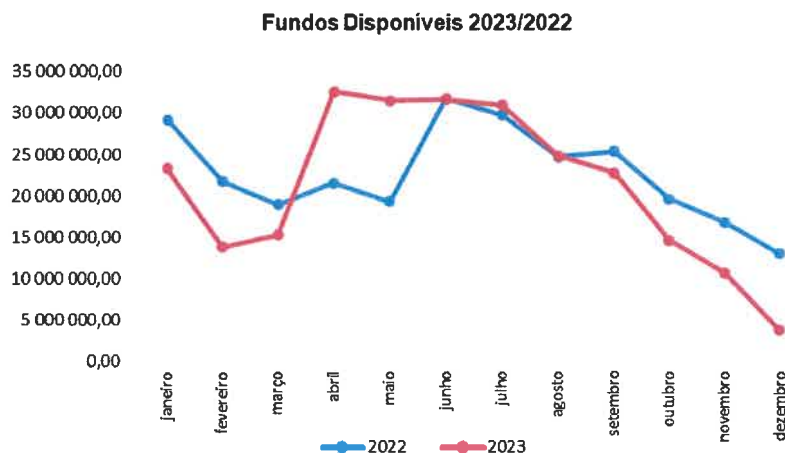


FUNDOS DISPONÍVEIS

Relativamente aos fundos disponíveis, previstos na alínea f) do artigo 3º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à sua operacionalização e critérios de prestação de informação, estes apresentam-se positivos ao longo do ano de 2022.

De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do Orçamento de Estado de 2023, aprovado pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, as autarquias locais que, em 2022, tenham beneficiado da exclusão do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, mantêm essa exclusão, salvo se, em 31 de dezembro de 2022, não cumprirem os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Pese embora o referido anteriormente, o município continua a calcular os Fundos Disponíveis. O gráfico seguinte compara os anos de 2023 e 2022.



PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

O Prazo Médio de Pagamento indica-nos o número de dias que a entidade leva para pagar aos seus fornecedores. O quadro seguinte mostra os prazos médios de pagamento do município, nos anos 2014 a 2023 conforme informação disponibilizada pela DGAL, com base nos elementos prestados pelo município. Em 2023 o prazo médio de pagamento foi de 16 dias.



4. Grandes Opções do Plano

Nas Grandes Opções do Plano estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do município. Estas revestem uma natureza programática, de horizonte móvel de cinco anos, enunciando os projetos e ações que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica a desenvolver a médio prazo.

As Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado, apresentavam no início do ano de 2023, um valor de 42,6 milhões de euros (em 2022: 36,2 milhões de euros). Ao longo do ano foram as mesmas sujeitas a várias alterações, passando o valor final para 55,4 milhões de euros e uma execução de 44,8 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 80,9%, superior à taxa de 2022 (72,7%).



C.M. A.M.

[Handwritten signatures and initials]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

As Grandes Opções do Plano encontram-se estruturadas em 4 funções – Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções. A execução financeira por Função, Objetivos Programas e Projetos é a apresentada nos quadros seguintes.

Grandes Opções do Plano

Unidade: euro

Função / Objetivo	Dotação	Pagamento	Execução
1 - Funções Gerais	6 342 844,00	4 931 986,12	77,76%
1.1 - Administração Geral	5 162 211,00	3 975 425,62	77,01%
1.2 - Segurança e Ordem Pública	1 180 633,00	956 560,50	81,02%
2 - Funções Sociais	36 707 144,00	29 669 940,15	80,83%
2.1 - Educação	8 072 938,00	6 487 362,82	80,36%
2.2 - Saúde	323 080,00	234 389,03	72,55%
2.3 - Segurança e Ação Social	580 017,00	505 273,04	87,11%
2.4 - Habitação e Serviços Coletivos	22 889 323,00	18 865 741,39	82,42%
2.4.1 - Habitação	5 254 838,00	3 745 837,18	71,28%
2.4.2 - Ordenamento do Território	14 610,00	5 114,46	35,01%
2.4.3 - Saneamento	4 278 155,00	3 649 347,66	85,30%
2.4.4 - Abastecimento de Água	2 892 201,00	2 462 101,45	85,13%
2.4.5 - Resíduos Sólidos	7 445 501,00	6 828 421,61	91,71%
2.4.6 - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	3 004 018,00	2 174 919,03	72,40%
2.5 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4 841 786,00	3 577 173,87	73,88%
2.5.1 - Cultura	2 920 879,00	2 068 987,76	70,83%
2.5.2 - Desporto	1 920 907,00	1 508 186,11	78,51%
3 - Funções Económicas	9 922 695,00	8 120 593,06	81,84%
3.2 - Indústria e Energia	2 016 979,00	1 867 857,91	92,61%
3.3 - Transportes e Comunicações	6 724 584,00	5 309 523,89	78,96%
3.4 - Comércio e Turismo	1 065 457,00	914 480,58	85,83%
3.5 - Outras Funções Económicas	115 675,00	28 730,68	24,84%
4 - Outras Funções	2 471 354,00	2 116 858,02	85,66%
4.1 - Operações da Dívida Autárquica	1 911 992,00	1 623 561,95	84,91%
4.2 - Transferência entre Administrações	38 162,00	38 161,20	100,00%
4.3 - Diversas não Especificadas	521 200,00	455 134,87	87,32%
Total Geral	55 444 037,00	44 839 377,35	80,87%

FUNÇÕES GERAIS

As despesas pagas relativas às ações incluídas nos projetos que se desenvolveram no âmbito geral da administração autárquica são as seguintes:

Funções Gerais

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Administração Geral	911 153,00	799 269,93	87,72%
Instalações Municipais	90 000,00	58 394,40	64,88%
Aquisição de Equipamento e Mobiliário	1 131 938,00	731 106,62	64,59%
Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas	508 350,00	296 241,23	58,28%
Informação / Comunicação	143 959,00	119 608,39	83,09%
Sistemas de Informação Geográfica	129 758,00	105 344,37	81,19%
Sistemas de Informação	907 038,00	802 557,31	88,48%
Qualidade e Modernização - Formação e Informação	34 660,00	7 949,30	22,94%
Apólices de Seguros	493 110,00	370 588,18	75,15%
Apoio à Atividade Municipal	700 270,00	560 292,18	80,01%
Atos Protocolares	45 401,00	43 153,69	95,05%
Projetos de Participação e Cidadania	41 342,00	31 305,42	75,72%
Cidadania e Empoderamento de Comunidades	154 990,00	154 958,97	99,98%
Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	41 342,00	31 305,42	75,72%
Corpos dos Bombeiros	154 990,00	154 958,97	99,98%
Ações de Prevenção e Segurança	34 700,00	20 707,60	59,68%
Planos de Emergência e Outros Planos de Segurança	5 250,00	0,00	0,00%
Defesa da Floresta Contra Incêndios	345 000,00	226 230,40	65,57%
Segurança	2 023,00	0,00	0,00%
Construção de Equipamentos	2 023,00	0,00	0,00%

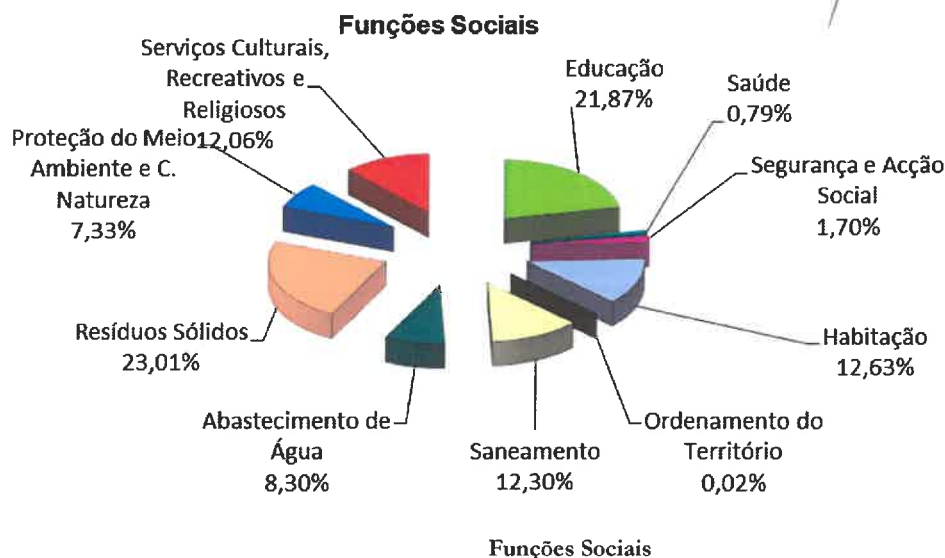
FUNÇÕES SOCIAIS

Estão incluídas nas funções sociais as atividades e investimentos que têm por objetivo satisfazer as necessidades municipais nas áreas das suas competências, nos domínios da educação, saúde, segurança social e ação social, habitação e serviços coletivos, serviços culturais, recreativos e religiosos. As Funções Sociais desenvolvem-se em programas e projetos, cuja análise qualitativa será efetuada no capítulo posterior, e cuja execução financeira é apresentada seguidamente.



C.M. A.M.
477
ACOSTA
[Handwritten signatures and stamps]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO



Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Educação	8 072 938,00	6 487 362,82	80,36%
Ensino Não Superior	3 122 824,00	2 702 570,21	86,54%
Construção /Ampliação do Parque Escolar	134 465,00	99 175,90	73,76%
Beneficiação, Conservação, Funcionamento e Apetrechamento das EB/JI	2 280 583,00	1 971 610,23	86,45%
Ação Sócioeducativa e Pedagógica	707 776,00	631 784,08	89,26%
Serviços Auxiliares de Ensino	4 950 114,00	3 784 792,61	76,46%
Ação Social Escolar e Transportes	3 659 246,00	3 247 916,40	88,76%
Desporto na Escola	1 290 868,00	536 876,21	41,59%
Saúde	323 080,00	234 389,03	72,55%
Saúde Ocupacional	238 650,00	195 364,82	81,86%
Cooperação Institucional	21 523,00	4 631,06	21,52%
Educação para a Saúde	25 271,00	21 373,72	84,58%
Requalificação, Conservação, Manutenção e Funcionamento de Unidade de Saúde	37 636,00	13 019,43	34,59%
Segurança e Ação Sociais	580 017,00	505 273,04	87,11%
Cooperação Institucional	141 558,00	140 810,21	99,47%
Programas e Projetos de Intervenção Social	87 531,00	27 908,70	31,88%
Beneficiação, Conservação, e Funcionamento de Equipamentos Sociais	7 897,00	0,00	0,00%
Redes e Parceiros	10 840,00	4 376,23	40,37%
Medidas de Apoio Social	332 191,00	332 177,90	100,00%
Habitação e Urbanismo	5 254 838,00	3 745 837,18	71,28%
Habitação	4 027 778,00	3 243 501,99	80,53%
Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Palmela	1 227 060,00	502 335,19	40,94%

Funções Sociais

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Ordenamento do Território	14 610,00	5 114,46	35,01%
Plano Diretor Municipal	930,00	0,00	0,00%
Outros Estudos e Projetos	13 300,00	4 797,00	36,07%
Recolha e Tratamento de Informação Económica e Social	380,00	317,46	83,54%
Saneamento	4 278 155,00	3 649 347,66	85,30%
Infraestruturação Geral	1 400 581,00	1 060 150,95	75,69%
Sistemas de Drenagem	1 000,00		0,00%
Sistemas de Tratamento - Emissários e ETARS	2 191 892,00	2 185 413,70	99,70%
Rede de Esgotos	525 767,00	286 577,58	54,51%
Outras Intervenções	158 915,00	117 205,43	73,75%
Abastecimento de Água	2 892 201,00	2 462 101,45	85,13%
Rede de Distribuição	974 702,00	849 951,15	87,20%
Furos de Captação e Estações de Tratamento	1 460 291,00	1 357 504,00	92,96%
Outras Intervenções	457 208,00	254 646,30	55,70%
Resíduos Sólidos	7 445 501,00	6 828 421,61	91,71%
Remoção e Tratamento de Resíduos Sólidos	6 889 051,00	6 395 972,46	92,84%
Aquisição de Instalação de Equipamento e Viaturas / RS	556 450,00	432 449,15	77,72%
Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	3 004 018,00	2 174 919,03	72,40%
Projetos de Promoção Ambiental	131 930,00	19 192,40	14,55%
Espaços Verdes / Paisagismo	2 560 347,00	1 969 073,22	76,91%
Outros Serviços Coletivos	296 641,00	186 653,41	62,92%
PRR - Intervenções de qualificação do espaço público ou espaços comuns de edifícios residenciais	15 100,00	0,00	0,00%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4 841 786,00	3 577 173,87	73,88%
Cultura	2 920 879,00	2 068 987,76	70,83%
Museologia	80 082,00	50 177,25	62,66%
Conservação / Gestão e Animação do Castelo	234 961,00	205 644,37	87,52%
Bibliotecas	198 080,00	167 506,07	84,56%
Equipamentos Culturais	586 722,00	457 126,99	77,91%
Programas e Projetos Municipais	514 472,00	219 875,99	42,74%
Associativismo e Animação Cultural	974 162,00	764 523,99	78,48%
Outros Projetos Culturais	21 000,00	21 000,00	100,00%
Juventude Interativa	167 150,00	66 783,77	39,95%
Gabinete de Estudos s/ Ordem de Santiago	47 152,00	36 227,81	76,83%
Arqueologia	23 598,00	9 584,74	40,62%
Arquivo Municipal	73 500,00	70 536,78	95,97%
Desporto, Recreio e Lazer	1 920 907,00	1 508 186,11	78,51%
Equipamentos Desportivos	1 035 877,00	942 310,34	90,97%
Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivos	546 163,00	372 386,87	68,18%
Programas e Projetos Municipais	181 992,00	112 720,10	61,94%
Associativismo Desportivo	156 875,00	80 768,80	51,49%



C.M. A.M.
Fernando de Azevedo
Acosta
Helder Gomes

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

FUNÇÕES ECONÓMICAS

As funções económicas compreendem todas as ações que contribuem para o desenvolvimento económico de forma direta ou indireta, agrupadas nos seguintes programas e projetos:



Funções Económicas

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
Indústria e Energia	2 016 979,00	1 867 857,91	92,61%
Iluminação Pública	1 918 700,00	1 815 162,58	94,60%
Promoção da Eficiência Energética	98 279,00	52 695,33	53,62%
Transportes Rodoviários	6 724 584,00	5 309 523,89	78,96%
Melhorar a Rede Viária Municipal	3 489 501,00	3 003 687,37	86,08%
Melhorar a Rede Viária Rural	1 343 132,00	666 958,27	49,66%
Calçadas e Passeios	120 425,00	120 393,09	99,97%
Estudos, Sinalização e Mobiliário	309 550,00	244 759,34	79,07%
Mobilidade e Acessibilidade	1 461 976,00	1 273 725,82	87,12%
Comércio e Turismo	1 065 457,00	914 480,58	85,83%
Mercados e Feiras	75 314,00	60 647,20	80,53%
Construção e Remodelação de Mercados Municipais	6 000,00	5 463,59	91,06%
Conservação e Funcionamento de Mercados Municipais	69 314,00	55 183,61	79,61%
Turismo	990 143,00	853 833,38	86,23%
Promoção Turística	990 143,00	853 833,38	86,23%
Outras Funções Económicas	115 675,00	28 730,68	24,84%
Feiras, Mostras e Outros Eventos Locais	34 850,00	26 310,45	75,50%
Serviço de Metrologia	3 300,00	1 142,68	34,63%
Emprego e empreendedorismo	3 500,00	774,16	22,12%
Apoio ao Consumidor	200,00	0,00	0,00%

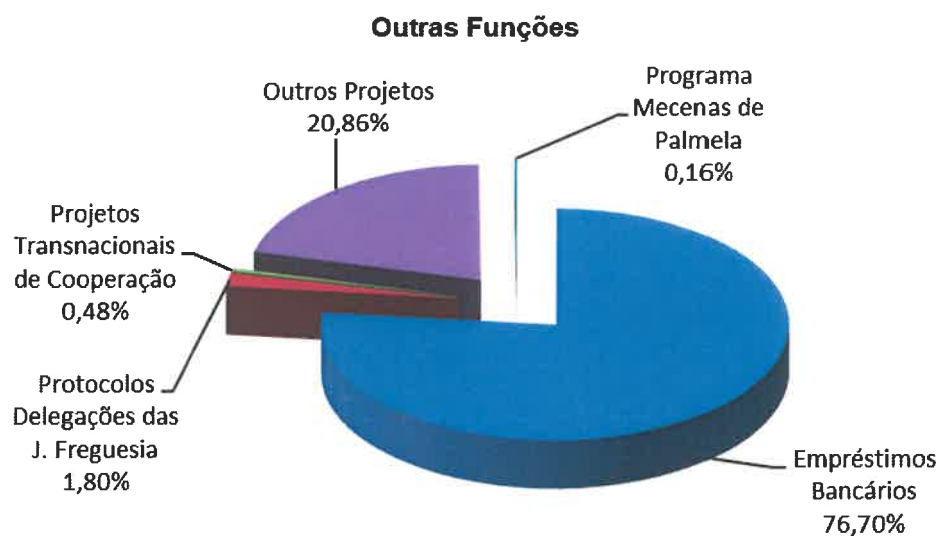
Funções Económicas

Unidade: euro

Programa/Projetos	Dotação	Pagamento	Execução
POMAR - Programa Operacional Municipal para a Alimentação Resiliente	1 350,00	503,39	37,29%
PRR - Ações de Combate ao Desemprego	6 150,00	0,00	0,00%
PRR - Criação de Sistemas Experimentais de Produção, Aquisição e Troca de Bens e serviços essenciais	1 305,00	0,00	0,00%
PRR - Criação de Rede de Emprego Local a Partir do Polo Parque Mário Bento	5 500,00	0,00	0,00%
PRR - Criação de Espaços de Incubação de Atividades Empreendedoras Locais	54 600,00	0,00	0,00%
Transição Digital Imaterial	4 920,00	0,00	0,00%

OUTRAS FUNÇÕES

Incluem-se nesta função as despesas inerentes ao serviço da dívida municipal, aos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, ou quaisquer outras atividades, levadas a cabo pelo município e que não é possível de incluir nas funções anteriores.



Outras Funções

Unidade: euro

Programa	Dotação	Pagamento	Execução
Outras Funções	2 471 354,00	2 116 858,02	85,66%
Empréstimos Bancários	1 911 992,00	1 623 561,95	84,91%
Protocolos Delegações das Juntas de Freguesia	38 162,00	38 161,20	100,00%
Projetos Transnacionais de Cooperação	17 200,00	10 114,87	58,81%
Outros Projetos	499 000,00	441 600,00	88,50%
Programa Mecenias de Palmela	5 000,00	3 420,00	68,40%



[Handwritten signatures and initials]

Capítulo II:
RELATÓRIO DE GESTÃO

Unidade: euro

	2023					2022				
	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Inicial	% Final	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Inicial	% Final
PAM	28 054 545,00	33 831 393,00	29 556 653,97	105,35%	87,36%	18 754 375,00	29 286 324,00	24 338 989,93	129,78%	83,11%
PPI	14 554 985,00	21 612 644,00	15 282 721,38	105,00%	70,71%	17 490 439,00	22 250 891,00	13 102 207,59	74,91%	58,88%
GOP	42 609 530,00	55 444 037,00	44 839 377,35	105,23%	80,87%	36 244 814,00	51 537 215,00	37 441 197,52	103,30%	72,65%

5. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos, com financiamento assegurado, apresentava no início do ano de 2023, um valor de 14,6 milhões de euros (em 2022: 17,5 milhões de euros). Ao longo do ano foi o mesmo sujeito a várias alterações, passando o valor final para 21,6 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 70,7%, superior à taxa de 2022 (58,9%).

A execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos, por Função e Projetos, é a apresentada no quadro seguinte:

Unidade: euro

Função / Objetivo	Dotação	Pagamento	Execução
1 - Funções Gerais	1 565 738,00	1 004 425,95	64,15%
1.1 - Administração Geral	1 563 715,00	1 004 425,95	64,23%
1.2 - Segurança e Ordem Pública	2 023,00		0,00%
2 - Funções Sociais	13 455 020,00	9 117 151,54	67,76%
2.1 - Educação	1 998 449,00	978 616,55	48,97%
2.2 - Saúde	16 163,00		0,00%
2.3 - Segurança e Ação Social	62 292,00	5 594,04	8,98%
2.4 - Habitação e Serviços Coletivos	9 999 288,00	7 367 730,97	73,68%
2.4.1 - Habitação	4 869 493,00	3 524 767,75	72,38%
2.4.2 - Ordenamento do Território			
2.4.3 - Saneamento	1 844 856,00	1 324 147,09	71,78%
2.4.4 - Abastecimento de Água	1 155 342,00	975 081,24	84,40%
2.4.5 - Resíduos Sólidos	523 800,00	414 116,54	79,06%
2.4.6 - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	1 605 797,00	1 129 618,35	70,35%
2.5 - Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 378 828,00	765 209,98	55,50%
2.5.1 - Cultura	749 481,00	474 122,34	63,26%
2.5.2 - Desporto	629 347,00	291 087,64	46,25%
3 - Funções Económicas	6 092 886,00	4 719 543,89	77,46%
3.2 - Indústria e Energia	908 435,00	812 006,79	89,39%
3.3 - Transportes e Comunicações	4 542 568,00	3 372 462,64	74,24%
3.4 - Comércio e Turismo	587 083,00	534 979,46	91,13%
3.5 - Outras Funções Económicas	54 800,00	95,00	0,17%
4 - Outras Funções	499 000,00	441 600,00	88,50%
4.1 - Operações da Dívida Autárquica			
4.2 - Transferência entre Administrações			

